

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*  
José Carlos Souza Trindade

*Diretor-Presidente*  
José Castilho Marques Neto

*Editor Executivo*  
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Conselho Editorial Acadêmico*  
Alberto Ikeda

Antonio Carlos Carrera de Souza  
Antonio de Pádua Pithon Cyrino  
Benedito Antunes

Isabel Maria F. R. Loureiro  
Lígia M. Vettorato Trevisan  
Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Raul Borges Guimarães  
Ruben Aldrovandi  
Tânia Regina de Luca

ANTHONY GIDDENS

SBD-FFLCH-USP



240002

POLÍTICA, SOCIOLOGIA  
E TEORIA SOCIAL

ENCONTROS COM  
O PENSAMENTO SOCIAL  
CLÁSSICO E CONTEMPORÂNEO

Tradução de  
Cibele Saliba Rizek

2ª Reimpressão

Editora  
UNESP

## CAPÍTULO 1

# POLÍTICA E SOCIOLOGIA NO PENSAMENTO DE MAX WEBER

O propósito deste capítulo é elucidar algumas das conexões entre os escritos políticos de Weber e suas contribuições mais acadêmicas para as ciências sociais. Como introdução à parte central da discussão, será útil mencionar alguns dos momentos importantes da sua carreira política e intelectual.

Max Weber nasceu em 1864, filho de um político proeminente, membro do Partido Nacional-Liberal. Ao escrever a biografia de seu marido, Marianne Weber descreveu de forma razoavelmente detalhada a riqueza de influências experimentadas pelo jovem Weber na casa paterna. Desde idade precoce, entrou em contato com várias das principais figuras do mundo acadêmico e político da Prússia, incluindo Treitschke, Knapp, Dilthey e Mommsen. Sua infância transcorreu em um período de significação decisiva para o desenvolvimento político alemão: uma fase crucial na história alemã, sob a liderança de Bismarck, durante a qual o país finalmente se tornou um Estado-Nação. A vitória alemã sobre a França, em 1870-1871, que teve efeitos sobre a família de Weber, provocou um impacto emocional duradouro sobre o jovem Max, apesar de este não ter mais de seis anos na época.<sup>1</sup> Embora nunca tenha ocupado cargos políticos, não houve nenhum momento de sua vida no qual os interesses políticos e acadêmicos não interviessem em sua experiência pessoal. Tal como

ocorre na juventude, suas impressões políticas, filtradas inicialmente pelo círculo paterno e pela influência de seu tio, Hermann Baumgarten, produziram no jovem Weber uma orientação ambivalente em relação às conquistas de Bismarck que ele nunca resolveu completamente e que se encontram na origem da totalidade de seus escritos políticos.

Os primeiros textos acadêmicos de Weber se debruçaram sobre a história econômica e do direito. Aquilo que aparecia como puramente técnico, como estudos acadêmicos — tal como a dissertação sobre a propriedade da terra na Roma antiga, que Weber escreveu em 1891 — acabou, entretanto, realmente por conter implicações políticas e sociais mais amplas para seu pensamento. Nessa tese, Weber rejeitava a concepção, sustentada por alguns acadêmicos daquele período, segundo a qual a história econômica de Roma se constituía em um conjunto único de eventos, totalmente resistente à análise, nos termos conceituais derivados de outras situações; e ele percebeu algumas características na estrutura econômica e social de Roma que, mais tarde, seriam identificadas na formação do capitalismo na Europa pós-medieval. Além disso, apesar da recusa em aceitar algumas das mais equivocadas comparações que outros autores usualmente acabaram por estabelecer, as tensões que se desenvolveram no mundo antigo entre a economia agrária das grandes propriedades fundiárias, de um lado, e o comércio e a manufatura emergentes, de outro, pareciam iluminar alguns dos problemas relativos à Alemanha contemporânea. Ele teve a oportunidade de enfrentar diretamente essas questões em um estudo, publicado em 1892, sobre as propriedades fundiárias *Junker*, a leste do Elba. Esse trabalho é parte de uma ampla parcela da investigação dirigida pelo *Verein für Sozialpolitik*,<sup>2</sup> que averiguava as condições da propriedade da terra em várias regiões da Alemanha. Por meio de sua filiação ao *Verein*, um grupo de “socialistas acadêmicos” preocupados com as questões sociais e políticas daquele momento, Weber se habilitava a participar do intercâmbio e das discussões de idéias com vários jovens economistas e historiadores cujo maior interesse residia nos problemas relativos à Alemanha em sua transição para o capitalismo industrial. Enquanto os membros fundadores do *Verein*, a “geração mais velha” de economistas tais como Wagner, Schmoller e Brentano, estavam inicialmente interessados nas questões que diziam respeito à formu-

lação de políticas de intervenção parcial do Estado na vida econômica, a “geração mais jovem” — na qual se incluíam, além de Weber, autores como Sombart, Schulze-Gaevernitz e Tönnies — tinha uma preocupação mais abrangente com as origens e a natureza do capitalismo, e era fortemente influenciada por Marx.

Em 1894, Weber foi convidado a lecionar economia em Freiburg, onde, no ano seguinte, proferiu sua *Antrittsrede* (aula inaugural).<sup>3</sup> Nessa aula, Weber desenvolveu algumas das conclusões a que tinha chegado no seu estudo sobre as condições agrárias ao leste do Elba, relacionando-as especificamente aos problemas políticos e econômicos da Alemanha como um todo (ver a seguir p.30-3). Conferiu atenção especial à chamada “questão das fronteiras” no Leste. O leste da Prússia, terra natal dos proprietários *Junker* de terra, constituiu-se no salto inicial para a unificação da Alemanha e era a última principal base do poder de Bismarck. Mas a situação das grandes propriedades fundiárias foi solapada pela crescente emigração de trabalhadores agrícolas, atraídos para outras partes da Alemanha pela expansão da produção industrial. Essa situação estava ocasionando um fluxo de trabalhadores poloneses do Leste que, de acordo com Weber, ameaçavam a hegemonia da cultura alemã nas mesmas áreas em que ela tinha sido mais forte. Assim, esse fluxo de poloneses tinha que ser detido e as fronteiras do leste da Alemanha tinham que ser fortalecidas. Concluiu que, em relação à Alemanha, as questões econômicas e políticas estavam inextricavelmente vinculadas; o país tinha forjado sua unidade em conflito com outras nações, e a manutenção e florescimento de sua cultura estavam na dependência da afirmação contínua de seu poder como Estado-Nação delimitado.

Só mais tarde Weber desenvolveria inteiramente as implicações dessas concepções. Durante vários anos, a partir de 1897, sofreu de um distúrbio depressivo agudo que o forçou a abandonar completamente o trabalho acadêmico. Enquanto não retornava ao ensino universitário, o que só ocorreu muito mais tarde, preparava-se, pouco depois da virada do século, para retomar suas atividades como estudioso. Esse período foi o mais produtivo da sua carreira. Continuou seus estudos sobre as propriedades fundiárias *Junker*, mas, pela primeira vez, foi capaz de configurar o que permanecera latente em seus primeiros escritos: uma abordagem mais ampla de alguns aspectos fundamentais do desenvolvimento capitalista moderno, que encon-

trou sua formulação inicial em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905). Na mesma época, ele escreveu e publicou ensaios que se dedicavam à epistemologia e metodologia das ciências sociais. Indubitavelmente, esses trabalhos influenciaram e foram influenciados pelo esclarecimento das concepções políticas que ele adquiriu no mesmo período. Em sua *Antrittsrede*, já tinha estabelecido uma versão preliminar da “questão da liderança” em relação à Alemanha. O país conseguira a unificação na esfera política ao mesmo tempo que começava a experimentar um curto período de desenvolvimento industrial. O poder *Junker* forneceu a base principal para a conquista da unidade política, mas o futuro da Alemanha como um “Poder de Estado” na Europa dependia de sua transformação em um país industrializado. Assim, a dominação *Junker*, fundada sobre a propriedade fundiária, tinha que ser substituída por uma nova liderança política. Entretanto, como Weber afirmou em 1895, naquele momento nem a burguesia nem a classe trabalhadora eram capazes de assumir essa liderança. Bismarck fragmentava e enfraquecia sistematicamente os liberais e tolhia o potencial de liderança do partido trabalhista, os social-democratas, pela aprovação de leis anti-socialistas as quais, até serem revogadas em 1890, efetivamente removeram a classe trabalhadora da estrutura política do Estado alemão.

Ficava cada vez mais evidente para Weber, depois da virada do século, que o futuro imediato da Alemanha repousava no aguçamento da consciência política da burguesia. Um importante motivo subjacente a *A ética protestante* era, certamente, o de identificar as fontes históricas desse tipo de “consciência burguesa”. Os ensaios sobre epistemologia e metodologia que ele escreveu então também refletiam problemas políticos com os quais estava preocupado, tanto no plano pessoal quanto no intelectual. Ao longo de sua vida, Weber foi alvo de dois impulsos conflitantes: para uma vida passiva e disciplinada de estudioso e para uma vocação prática e ativa de político. No âmbito intelectual, ele conseguiu estabelecer uma clara distinção entre essas aspirações conflitantes, reconhecendo uma dicotomia absoluta entre a validação do conhecimento “factual” ou “científico”, de um lado, e os juízos “de valor” ou “normativos”, de outro. Assim, se a atividade do político poderia ser guiada ou modelada por conhecimento científico do tipo que se estabelece na história, economia e sociologia, esse conhecimento não poderia validar, em última instân-

cia, os objetivos pelos quais luta o líder político. Essa posição teve como resultado o distanciamento de Weber dos dois maiores movimentos políticos que competiam com os liberais na Alemanha: os nacionalistas conservadores da direita e os social-democratas da esquerda. Cada um deles, na visão de Weber, teria aderido a uma concepção “normativa” da história que eles teriam introduzido na política, reivindicando “validação” histórica para o seu direito de governar.

Em 1906, Weber escreveu também dois longos ensaios sobre a Rússia, estimando as possibilidades de desenvolvimento da democracia liberal naquele país, logo depois da primeira Revolução Russa. Parecia-lhe que o chamado governo “constitucional” na Rússia era tão impostor quanto o da Alemanha, e por razões que não eram completamente diferentes; na Rússia, tal como na Alemanha, ainda não teria emergido uma consciência política burguesa e o país ainda era dominado por uma elite agrária tradicional. A questão da natureza das reformas constitucionais requeridas na Alemanha, se a necessária liderança política burguesa estivesse surgindo, ocupou crescentemente a atenção de Weber durante os anos da Primeira Guerra Mundial, especialmente na medida em que se lhe tornou evidente que a fortuna militar da Alemanha no combate estava declinando. No período imediatamente anterior à erupção das hostilidades e na fase inicial da guerra, ele escreveu abundantemente, produzindo seus longos ensaios sobre as “religiões mundiais”, o hinduísmo, o confucionismo, o judaísmo, e delineou *Economia e sociedade* (que só foi publicado depois de sua morte). Mas os anos da guerra trouxeram à tona, na sociedade alemã, tensões que ele começara a analisar duas décadas antes, e dedicaria muito mais tempo ao exame das questões políticas. Por algum tempo, ele se constituiria em um crítico severo daquilo a que se tinha referido, anteriormente, como a “ vaidade histórica” de Guilherme II e, em um momento posterior da guerra, modificou sua posição prévia de defesa da monarquia constitucional, argumentando em favor do republicanismo. Nos dois anos anteriores à sua morte em 1920, desempenhou importante papel tanto no mundo acadêmico quanto no mundo político. Aceitou uma cátedra na Universidade de Viena e proferiu uma série de conferências — versão que foi mais tarde publicada como *História econômica geral*<sup>4</sup> — em que buscou reunir os temas mais relevantes de sua sociologia da vida econômica e do desenvolvimento capitalista. Weber pronunciou inúmeros discursos políticos durante o

período da revolução alemã de 1918-1919 e por pouco não foi escolhido candidato parlamentar pelo Partido Democrata recém-constituído. Uma de suas últimas atividades políticas foi a de membro da comissão que delineou a Constituição de Weimar.

### Os temas centrais dos escritos políticos de Weber

A análise que se segue divide-se em três partes principais. Esta seção analisa os elementos centrais da perspectiva política de Weber nas várias etapas de sua carreira. A próxima seção examina a influência de seus envolvimento políticos sobre a estrutura e o conteúdo de seus trabalhos mais acadêmicos. A seção final "reverte" essa perspectiva, no sentido de especificar como e em que medida a sua visão da política alemã estava em si condicionada pela articulação estabelecida em seus outros trabalhos.

Os escritos de Weber, tanto em política quanto em sociologia, tinham suas raízes na análise das condições que governavam a expansão do capitalismo industrial na Alemanha pós-bismarckiana. As bases dessa tarefa são bastante conhecidas para quem quer que tenha um conhecimento superficial da história social alemã. Durante a maior parte do século XIX, a Alemanha esteve atrasada tanto em relação à Inglaterra quanto em relação à França no que se refere a aspectos definidos — especialmente a falta de unificação política e, comparada particularmente à Inglaterra, o nível relativamente baixo de desenvolvimento industrial. Além disso, quando o Estado alemão nasceu na sua integridade, estava constituído sob a liderança da Prússia, cuja autocracia semifeudal, fundada no poder dos latifundiários *Junker*, a burocracia de função civil e os corpos de funcionários, contrastava consideravelmente com as constituições mais liberais e com as tradições de alguns estados alemães do sul. O pleno impacto do desenvolvimento industrial, experimentado durante as últimas décadas do século XIX, ocorreu, assim, dentro da articulação de uma ordem social e política que, por razões importantes, era muito diferente daquela que caracterizava o capitalismo na sua forma "clássica": isto é, o caso da Inglaterra no período inicial do século. Na Inglaterra, a Revolução Industrial ocorreu em uma sociedade em que desenvolvimentos anteriores criaram uma ordem social "de compromisso",

na qual, como Marx já havia formulado, os proprietários de terras "governavam oficialmente", enquanto a burguesia "de fato *dominava* as diferentes esferas da sociedade civil".<sup>5</sup> Na Alemanha, porém, a burguesia liberal não engendrou uma revolução "bem-sucedida". A Alemanha atingiu a unificação política como consequência da política agressivamente expansionista de Bismarck, e a industrialização foi efetivada dentro de uma estrutura social na qual o poder ainda se apoiava nos grupos de elite tradicionalmente estabelecidos.

Quando Weber começou a desenvolver um interesse ativo pela política, encontrou a ala liberal da burguesia alemã em declínio, fenômeno que pode ser atribuído diretamente aos resultados da dominação de Bismarck.<sup>6</sup> No aspecto da "questão social" ou do "espectro vermelho" — o crescimento do Partido Social-Democrata —, os liberais optaram pela segurança e pela prosperidade econômica, aparentemente assegurada pela crescente filiação aos interesses conservadores. A *Antrittsrede* de Weber, em 1895, continha suas primeiras análises sistemáticas dessa situação. Na *Antrittsrede*, colocou-se firmemente contra os proponentes de uma abordagem "ética" da política e contra aqueles que achavam que o desenvolvimento econômico conduziria inevitavelmente, em momento posterior, às liberdades políticas:

Não pode haver paz na luta econômica pela existência; só aquele que confunde aparência e realidade pode acreditar que o futuro reserva aos nossos descendentes o gozo pacífico da vida ... Não nos cabe mostrar aos nossos sucessores o caminho da paz e da satisfação humana, mas cabe-nos mostrar a eles a *luta eterna* pela manutenção e pelo cultivo de nossa integridade nacional.<sup>7</sup>

A conferência expressava uma defesa fervorosa dos interesses do "poder do Estado" como fundação necessária para a política alemã. A Alemanha assegurou sua unidade pela afirmação do seu poder em relação à rivalidade internacional; o futuro da Alemanha repousava, assim, na preservação da capacidade da nação em exercer sua vontade nos negócios internacionais. Mas estava faltando a liderança política necessária para consegui-lo, afirmava Weber. A criação dessa liderança política não era questão que dependesse simplesmente do poder econômico das várias classes na sociedade alemã: "Perguntamos se são *politicamente maduras*: isto é, se possuem respectivamente a

compreensão e a capacidade de colocar os interesses do *poder* da nação acima de todas as outras considerações".<sup>8</sup>

Os *Junker*, continuava Weber, eram uma classe em decadência, que não poderia continuar monopolizando a vida política da sociedade. Mas, conquanto fosse "perigoso" para uma classe economicamente enfraquecida manter o poder político, era mais perigoso ainda se as classes que estavam adquirindo uma posição de crescente segurança econômica aspirassem à liderança política sem possuir a maturidade política necessária para guiar os destinos de um Estado moderno. Nem a classe operária nem a burguesia teriam adquirido tal maturidade. A classe trabalhadora era conduzida por um grupo de "dilettantes jornalísticos" à frente do Partido Social-Democrata: eles não tinham nenhum vínculo orgânico com a classe que alegavam representar e sua postura revolucionária agia, de fato, contra o avanço futuro da classe trabalhadora em direção à responsabilidade política. A burguesia permanecia tímida e apolítica; ansiava pela emergência de um novo "César" que a resguardaria da necessidade de assumir um papel de liderança. Isso era consequência de seu "passado apolítico", que nenhum acréscimo de poder econômico em si poderia substituir. Weber concluiu:

O elemento ameaçador da nossa situação ... é que as classes burguesas, isoladas dos interesses do *poder* da nação, parecem definir enquanto não há nenhum sinal de que os trabalhadores estejam começando a mostrar maturidade para substituí-las. O perigo não ... repousa nas massas. Não está na questão da posição econômica dos governados, mas na qualificação política das classes *governantes* e *ascendentes* que se constitui na questão última do problema sociopolítico.<sup>9</sup>

Assim, em 1895, Weber percebia, como questão principal relativa ao futuro da Alemanha, a possibilidade de que a burguesia economicamente próspera pudesse desenvolver uma consciência política adequada para assumir a liderança da nação. A importância de seus escritos e ações políticas subseqüentes pode ser interpretada como uma tentativa de *estimular* a emergência dessa consciência política liberal na Alemanha. Para Weber, isso não poderia ser alcançado por meio de motivos "éticos": não poderia estar em questão uma reconstrução do liberalismo alemão com base em uma teoria da democracia da "lei natural". Rejeitava mais ainda a concepção clássica de uma

democracia "direta", na qual a massa da população participasse da tomada de decisões; isto poderia ser possível apenas em pequenas comunidades, mas era bastante irrelevante para a era contemporânea. No Estado moderno, a liderança tinha que ser uma prerrogativa da minoria, característica inevitável dos tempos modernos. Toda idéia segundo a qual "uma forma qualquer de 'democracia' pode destruir 'a dominação do homem pelo homem'" seria utópica.<sup>10</sup> O desenvolvimento do governo democrático dependeria necessariamente dos avanços futuros da organização burocrática.

De acordo com Weber, a relação entre democracia e burocracia teria criado uma das mais profundas fontes de tensão na ordem social moderna. Haveria uma antinomia básica entre democracia e burocracia, porque o acúmulo de provisões legais abstratas que necessariamente teriam de implementar os próprios procedimentos democráticos implicava a criação de uma nova forma intransigente de monopólio (a expansão do controle do funcionalismo burocrático). Enquanto a extensão dos direitos democráticos demandava o crescimento de uma centralização burocrática, o contrário não acontecia. O exemplo histórico do Egito antigo ilustra esse fato, já que envolveu a total subordinação da população ao aparato estatal burocratizado. Assim, a existência de partidos em larga escala, que em si mesmos eram máquinas burocráticas, foi uma consequência inevitável da ordem democrática moderna; entretanto, se esses partidos fossem encabeçados por líderes com iniciativa e conhecimento políticos, a dominação indiscriminada do funcionalismo burocrático poderia ser evitada. Weber via a probabilidade de uma "dominação burocrática incontrolada" como grande ameaça resultante do hiato em relação à liderança política, produzido pela queda de Bismarck do poder. O desenvolvimento da democracia representativa tornou-se, a seu ver, o meio principal pelo qual isso poderia ser evitado: "Só uma escolha: democracia dotada de liderança [*Führerdemokratie*] com a 'máquina' ou democracia carente de liderança — isto é, dominação dos 'políticos profissionais' sem vocação, sem as qualidades carismáticas inerentes que, por si sós, fazem um líder".<sup>11</sup>

Mas, durante a maior parte da vida, Weber considerou-se incapaz de se identificar inteiramente com qualquer dos partidos políticos organizados na Alemanha. Na virada do século, vários partidos importantes ofereciam elementos que ele buscava, mas nenhum combinava esses elementos de forma aceitável. Compartilhava as aspira-

ções nacionalistas do Partido Conservador, mas rejeitava tanto o "fervor místico" com que eram expressas quanto a política de apoio econômico à estrutura agrária semifeudal do Leste. Nenhum dos dois partidos liberais lhe parecia oferecer qualquer indicação de que seria possível superar a falta de inspiração política analisada na *Antrittsrede*. Aceitava, tal como os nacional-liberais (a ala direita), a necessidade de expansão do capitalismo industrial para a fundação da economia moderna; mas os nacional-liberais, pela promoção de tarifas protecionistas, mantinham vínculos estreitos com os interesses conservadores, além de continuar apoiando o sistema de voto de "três bancadas" em face das demandas social-democratas de direito pleno de voto. Weber via nos liberais de esquerda pouca valorização das características do "poder" na política: a posição deles era, antes de mais nada, baseada no apoio "ético" aos ideais democráticos do governo constitucional, e conseqüentemente não se configuravam em ameaça para a ordem existente.<sup>12</sup>

Nessa situação, era inevitável que Weber se inclinasse para o Partido Social-Democrata (SPD): era o único partido de considerável força política abertamente comprometido com uma plataforma "progressista". Marianne Weber escreveu que Weber considerava freqüentemente sua adesão ao SPD; mas, efetivamente, era demovido de fazê-lo por alguns dos fatores básicos de sua caracterização do papel do partido na política alemã. Apontava o que considerava uma insistência dogmática no marxismo por parte da liderança do SPD como um dos elementos centrais responsáveis pela estagnação política alemã. Os interesses da burguesia e da classe trabalhadora, sustentava Weber, seriam compatíveis em um futuro previsível: ambas obteriam ganhos com a emergência de um Estado alemão completamente industrializado. Além disso, se o Partido Social-Democrata atingisse o poder por meios revolucionários, o resultado seria certamente uma vasta expansão da burocratização, já que a economia seria administrada de forma centralizada. Weber comentou em várias ocasiões que essa eventualidade teria produzido uma sociedade comparável ao Estado burocratizado do Egito antigo. Mas estava ciente desde o primeiro momento de que a ideologia revolucionária dos social-democratas era marcadamente diferente dos interesses reais do partido na política alemã. Esse elemento, em si, evidenciava claramente a ingenuidade política dos líderes do partido: tais líderes, de acordo com

Weber, se distinguiam por seus "rostos complacentes de donos de pensão, a face da pequena burguesia".<sup>13</sup> Sua abordagem do SPD, em 1907, está bem formulada na afirmação que se segue:

Quem tem mais a temer a longo prazo, a sociedade burguesa ou a social-democracia? No que se refere àqueles elementos no seu interior nos quais uma *ideologia revolucionária* toma corpo, acredito ser a última alternativa. É, hoje, muito evidente que há claros conflitos com a burocracia social-democrática.

Quanto mais, continuou afirmando, os social-democratas tivessem sucesso em se tornar um partido reconhecido, tanto mais perceberiam que seu "ardor revolucionário" corria "grande perigo": "Veríamos então que a social-democracia nunca conquistaria as cidadelas do poder, mas que, ao contrário, o Estado conquistaria o Partido Social-Democrata".<sup>14</sup> Escreveu a Michels em 1907 que, pelo menos no tocante ao futuro imediato, a chance de trabalhar em conjunto com os social-democratas era pequena; enquanto não estivesse oficialmente filiado a um partido, permaneceria mais próximo dos partidos burgueses.

Weber via, nos efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a sociedade alemã, a comprovação de suas primeiras análises sobre a estrutura social alemã e a possibilidade de transformar a ordem política. Antes de 1914, ele anteviu a crescente probabilidade da erupção do maior dos conflitos europeus. Além do mais, não escondeu os sentimentos positivos que a guerra "grande e maravilhosa" lhe inspiravam: a passividade e a falta de senso político nacional, que ele havia criticado no passado, foram substituídas por uma afirmação coletiva da integridade da nação em face das outras potências mundiais. Porém, mesmo em meio aos primeiros sucessos militares, também estava pessimista quanto às possibilidades de vitória da Alemanha. Considerando-se a posição da Alemanha entre as outras nações européias, o que de mais importante poderia advir da guerra seria a afirmação bem-sucedida da Alemanha como uma "grande potência" reconhecida na Europa central — o que finalmente efetivaria aquilo que Bismarck originalmente procurara atingir. Grande parte da atenção de Weber, mesmo nos primórdios da guerra, estava de fato dirigida àquilo que se poderia alcançar no tocante à transformação da estrutura política *interna* do país. Entre os vários escritos

políticos que escreveu mais perto do fim da guerra, o mais importante foi um conjunto de artigos publicados pela primeira vez no *Frankfurter Zeitung* de 1917, mais tarde reunidos sob o título *Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland* (*Parlamento e governo em uma Alemanha reconstruída*). Aqui, mais uma vez trata do “legado bismarckiano” — porém no contexto de mudanças do caráter da política alemã produzidas pela guerra.

Em *Parlament und Regierung*, com base em uma interpretação sociológica das instituições políticas alemãs, Weber elaborou uma análise das condições necessárias para implementar um sistema parlamentar na Alemanha, que se configuraria em algo mais do que ele havia referido anteriormente como o “falso constitucionalismo” da era guilhermina. As primeiras formas de crítica liberal e social-democrata ao governo da Alemanha, em sua maioria, foram “arrogantes e extravagantes” e teriam fracassado “em compreender as pré-condições dos parlamentos efetivos”. Mas Weber insistiu ainda que a formação de um sistema parlamentar genuíno era uma necessidade que seria imposta pela posição do Estado nacional alemão, e que era um meio, não um fim: “Para um político racional, a forma de governo apropriada em qualquer momento é uma questão técnica que depende das tarefas políticas da nação ... Em si mesmas, as mudanças técnicas na forma de governo não fazem uma nação feliz, vigorosa ou valorosa. Elas apenas podem remover obstáculos técnicos e, assim, são apenas meios para um determinado fim”. Em todo Estado moderno, reiterou, mas especialmente na Alemanha, o problema central em relação à formação de uma liderança política era o de controlar o “despotismo burocrático”. E mais, a tendência de burocratização era característica de outras instituições, além do Estado: o processo de decisão se tornava crescentemente uma questão “administrativa”, conduzido de acordo com os preceitos normatizados pelos “especialistas”. Assim, o comandante militar moderno dirigiria as batalhas a partir de sua escrivaninha. Na indústria, o conjunto privado de funcionários de colarinho branco crescia numericamente em relação ao dos trabalhadores manuais. A burocratização da divisão do trabalho fundava-se “na ‘separação’ do trabalhador em relação aos meios materiais da produção, da destruição, da administração, da pesquisa acadêmica e das finanças em geral, o que constitui a base comum do Estado moderno na sua esfera política, cultural e militar, e a economia pri-

vada capitalista”.<sup>15</sup> O significado do governo parlamentar, segundo Weber, estava no fato de que ele oferecia a possibilidade de controle efetivo do funcionalismo, sendo também uma fonte para a educação de lideranças políticas. Considerando-se o fato de que os líderes políticos tinham que ser eleitos dentro do parlamento, ele se referia, obviamente, ao modelo inglês. Mas o parlamento como um todo não poderia “governar” mais do que o podem os membros comuns de um partido político moderno. Tal como os últimos — e, de fato, em conjunto com a massa da população, que permanece uma força “passiva” na política exceto nos períodos em que exerce seu direito de voto —, os membros do parlamento tinham que aceitar a liderança da minoria. Um elemento “cesarista” seria inseparável do Estado moderno; um líder de partido precisava possuir as qualidades carismáticas necessárias para adquirir e manter a popularidade que traz sucesso eleitoral. O líder “plebiscitário” poderia usar seu atrativo carismático para iniciar novas ações políticas e para se afastar do procedimento burocrático estabelecido. Entretanto, o objetivo primário do parlamento era agir como salvaguarda contra a aquisição excessiva de poder pessoal por um líder plebiscitário.

A existência de um parlamento atuante era essencial para o treinamento de líderes, graças às habilidades desenvolvidas no trabalho conjunto e à formulação de políticas e legislações exigidas dos políticos profissionais de “nível médio”. Mas era vital para um governo parlamentar, concluiu Weber, estar apoiado no direito de voto universal. Uma ordem democrática com direitos civis em que faltasse uma sólida fundação parlamentar conduziria ao cesarismo desenfreado — como o que tendera a caracterizar a política francesa, na qual a ausência relativa de “máquinas” partidárias organizadas enfraquecera o controle parlamentar. De outro lado, um sistema parlamentar que não fosse constituído pelo voto universal, para que pudessem emergir líderes de massa, provavelmente seria subvertido pelo domínio dos funcionários. Na Alemanha, teria se produzido uma cisão entre o eleitorado e a máquina do partido, por um lado, e a trama de posições dos altos cargos executivos, por outro. Os líderes parlamentares que se tornaram ministros tiveram que renunciar às suas filiações partidárias: então, talentosos líderes políticos foram afastados e acabaram por se tornar funcionários do lado de fora do próprio parlamento. Em *Deutschlands künftige Staatsform* [A forma futura do



*Estado alemão*], publicado em fins de 1918, Weber sustentava que o presidente da futura república alemã deveria ter um caráter plebiscitário, eleito pela massa da população e não pelo parlamento — cláusula que finalmente, em parte por sua influência, acabou se inscrevendo na Constituição de Weimar.<sup>16</sup>

Nos últimos anos da guerra, Weber testemunhou a desintegração progressiva da unidade nacional que tinha sido fortalecida pelo início das hostilidades. As divisões políticas entre direita e esquerda, temporariamente superadas em meio ao entusiasmo coletivo de 1914, começaram a eclodir de novo. Weber atribuiu esse fato menos às atividades do grupo revolucionário Spartakus do que à posição intransigente do conservadorismo de base prussiana. A deterioração dos destinos econômicos e militares da Alemanha, que culminou em 1918, conduziu a uma situação na qual as demandas de Weber por uma reorganização constitucional do sistema político alemão acabaram por se realizar quase de uma só vez — não em um Estado que tivesse atingido seus objetivos de fortalecimento do “poder de igualdade” com os outros países europeus, mas em uma nação derrotada. A atitude de Weber em relação às possibilidades do estabelecimento de um governo socialista como resultado da Revolução Alemã tem um considerável interesse, já que permite sublinhar os temas mais importantes de sua análise política. Declarava que o governo democrático chegara à Alemanha não a partir de uma espécie de “luta bem-sucedida” que a burguesia travara na Inglaterra, mas como consequência da derrota. Entretanto, as exigências feitas nos primeiros escritos políticos permaneciam: os representantes políticos das classes burguesas tinham que assumir a responsabilidade pelo futuro da Alemanha. A proteção oferecida pela elite fundiária cessara. Weber acreditava que, nessas circunstâncias, seria possível e desejável submeter algumas empresas, tais como as de seguridade e as minas, ao controle estatal. Mas a socialização do resto da economia teria que ser definitivamente evitada. Apesar da grande omissão da burguesia no passado, especialmente dos grandes industriais, não havia nenhuma outra opção para a Alemanha:

Não temos verdadeiramente nenhuma razão para amar os senhores da indústria pesada. Na verdade, uma das principais tarefas da democracia é quebrar sua influência política destrutiva. Entretanto, *economicamente*, sua liderança não é apenas indispensável, como se torna *maior* do que nunca *neste momento*, quando nossa economia como um todo e todas as

suas empresas industriais vão ter que ser organizadas de novo. O *Manifesto comunista* enfatizou com muita correção o caráter *economicamente* (e não politicamente) *revolucionário* do trabalho do empreendedor capitalista burguês. Nenhum sindicato, menos ainda o funcionário do Estado socialista, pode desempenhar essas funções para nós. Precisamos, simplesmente, fazer uso deles, no seu devido lugar: garantir-lhes o prêmio necessário — os lucros — sem entretanto permitir que lhes suba à cabeça. *Apenas* nesse caminho — hoje! — o avanço do socialismo é possível.<sup>17</sup>

Weber denunciou com mordacidade as atividades da extrema-esquerda em 1918 e 1919. Enquanto se preparava para admitir a exequibilidade de uma socialização restrita da economia, ele repudiava como uma “intoxicação” ou como um “narcótico” as esperanças de uma transformação radical da sociedade. Sobre a tentativa de implantar Estados revolucionários na Alemanha, escreveu a Lukács: “Estou absolutamente convencido de que esses experimentos podem trazer e trarão apenas o descrédito ao socialismo por cem anos”. Em outro contexto, sublinhou: “Liebknecht faz parte de um hospício e Rosa Luxemburgo de um jardim zoológico”. O movimento dos trabalhadores na Alemanha, reiterava, só poderia ter futuro *dentro* de um Estado capitalista. Obviamente, as implicações da formação da sociedade socialista que Weber tinha elaborado previamente estavam subentendidas nessa afirmação — particularmente sua antecipação do Estado burocratizado a que essa formação poderia conduzir. Mas a esse fator, no contexto de uma nação militarmente derrotada e em penúria econômica, Weber acrescentou outros fatores mais específicos que se estenderiam a qualquer tentativa de estabelecer um regime revolucionário. Só um governo burguês poderia obter os créditos estrangeiros necessários para a recuperação econômica; e, em qualquer circunstância, um governo revolucionário seria em breve derrubado pela intervenção militar dos países ocidentais vitoriosos — o que poderia conduzir, subseqüentemente, “à reação tal como nunca chegamos a experimentar —, e então o proletariado terá que pagar a conta”.<sup>18</sup>

O fato de Weber ter se inclinado para a esquerda ao longo de sua carreira política é freqüentemente observado. Isso é indubitável no que se refere aos termos de ações políticas substantivas que tenha defendido; mas enquanto deslocava seus alinhamentos políticos, permanecia de fato referenciado em um conjunto de

premissas que guiaram o conjunto de suas concepções políticas. Apesar de ter posteriormente modificado aspectos das concepções afirmadas na *Antrittsrede*, sua aula inaugural forneceu um conjunto preliminar de princípios (alguns específicos e outros mais gerais) que reapareceram na maior parte de seus escritos políticos subsequentes. Tais escritos foram mais precisamente formulados no período que se seguiu à recuperação de seu esgotamento nervoso: no mesmo momento em que ele produziu seus primeiros escritos metodológicos importantes e *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Resumidamente, consistiam nas suposições que se seguem:

1 Os problemas mais significativos da política alemã são derivados do "legado de Bismarck": a Alemanha assegurou sua unificação política sob a dominação de um "César" cuja queda deixou o novo Estado com uma carência de lideranças políticas capazes.

2 O futuro do Estado alemão dependeria da sua transformação em potência industrial desenvolvida. A "aristocracia" *Junker* era, inevitavelmente, uma classe em declínio; mas nenhuma das grandes classes criadas pelo desenvolvimento capitalista, nem a burguesia nem o proletariado, geraram lideranças capazes de promover com sucesso os interesses do Estado alemão. A burguesia teria que assumir essa tarefa no futuro imediato.

3 A ameaça de uma "dominação burocrática incontrollada" de modo algum seria resolvida por meio dos programas dos socialistas revolucionários, que pressupunham que o aparato burocrático do Estado poderia ser "destruído"; nem por meio dos esquemas de nacionalização parcial defendidos por certos "socialistas acadêmicos". Tais programas como um todo apenas teriam sucesso em incrementar o avanço da burocracia.

4 O estabelecimento de um governo democrático seria incapaz, como a sociedade do futuro projetada pelos socialistas revolucionários, de abolir ou reduzir a "dominação do homem pelo homem". O governo democrático, em uma sociedade moderna, dependeria da existência de partidos de "massa" burocratizados em sentido estrito: entretanto, em conjunção com a operação do parlamento, eles poderiam criar uma liderança com iniciativa independente capaz de dirigir os destinos do Estado.

5 O fortalecimento do Estado-Nação teria que ter primazia sobre todos os outros objetivos. Os interesses do Estado-Nação alemão representariam o critério último de acordo com o qual as ações políticas seriam julgadas.

6 Todas as políticas, em última análise, envolveriam lutas pelo poder; não poderia haver nenhum ponto final em relação a essas lutas. Assim, qualquer tipo de abordagem da política que se baseasse puramente em apelos éticos universalistas (tais como "liberdade" ou "bondade") seria fútil.

## O contexto político da sociologia de Weber

Menciona-se, freqüentemente, que o trabalho de Weber representa uma resposta ao capitalismo "tardio". Assim expressa, essa afirmação é um engano. Especificamente importante como fundamento político e econômico para os escritos sociológicos de Weber é, de fato, a *lentidão* do desenvolvimento econômico alemão. Tomando como critério de julgamento o modelo inglês, as décadas finais do século XIX foram, de fato, um período de evolução capitalista "madura": por volta de 1900, poder-se-ia declarar que a Inglaterra estava "industrializada" há mais de meio século. Muitos sociólogos, quando falam genericamente em "capitalismo do século XIX", têm em mente o caso da Inglaterra, tratado como exemplar do desenvolvimento capitalista. Mas a questão é que, na Alemanha, a transição para o industrialismo capitalista ocorreu apenas em fins do século XIX; ela se deu sem a ocorrência de uma revolução burguesa "bem-sucedida" e na articulação de um processo de centralização política assegurada pelo imperialismo militar prussiano.

O interesse de Weber pelo "capitalismo", com suas pressuposições e conseqüências, no interior de seus escritos sociológicos, assim, tem que ser entendido, em larga medida, como decorrência da preocupação com as características dos problemas específicos relativos à sociedade alemã nas primeiras fases de seu desenvolvimento industrial. Esse interesse é subjacente ao seu estudo sobre a propriedade de terras a leste do Elba. Em sua publicação inicial, o trabalho recebeu elogios consideráveis dos círculos conservadores por causa de sua postura em

relação à “questão polonesa”. Mas suas observações mais gerais de fato contêm uma apreciação sobre o declínio da posição econômica dos grandes proprietários fundiários, e isso constitui um elemento central no seu pensamento político posterior. A estrutura agrária “feudal” no Leste, que era a base econômica da Prússia, teria necessariamente que dar lugar ao capitalismo comercial.

A análise de Weber, entretanto, levou à conclusão de que nem a hegemonia preexistente dos *Junker*, nem sua posição declinante poderiam ser explicadas em termos estritamente econômicos. As propriedades *Junker* não se fundavam simplesmente na “exploração” econômica do campesinato, mas se constituíam em esferas de dominação política, enraizadas em relações fortemente definidas e tradicionais de mando e subordinação. Os sucessos militares da Prússia e suas façanhas políticas na Alemanha, sustentava Weber, foram obtidos com base no poder tradicionalista dos *Junker*. Mas, precisamente por terem assegurado a unidade do Estado alemão, os *Junker* “cavaram sua própria sepultura”: a unificação política do país, que pela primeira vez tornou a Alemanha o Estado mais poderoso da Europa central, dali em diante só poderia ser mantida pela promoção da industrialização. Apenas um Estado industrializado poderia esperar se igualar em força aos outros países do Ocidente — e teria recursos para enfrentar o que Weber, ao longo da vida, considerou a maior ameaça do Leste: a Rússia. De fato, afirmou Weber, conquanto mantivessem pretensões “aristocráticas”, os *Junker* já tinham se tornado, efetivamente, proprietários de terras comercializadas. O capitalismo tinha

desgastado o caráter social do *Junker* e dos seus trabalhadores. Na primeira metade do último século [isto é, do século XIX] o *Junker* era um patriarca rural. Os braços da fazenda, os fazendeiros de cujas terras ele tinha se apropriado, não eram de modo algum proletários ... eram, em pequena escala, agricultores com interesse direto na administração prudente do senhor. Mas eles foram expropriados pela valorização crescente da terra; seu senhor retinha pastos e terras, estocava cereal e pagava-lhes salários em troca. Assim, a velha comunidade de interesses estava dissolvida e os braços da fazenda se tornaram proletários.

O resultado crescente do desgaste da posição dos *Instleute*, trabalhadores servís, produziu uma emigração de trabalhadores do Leste para as indústrias em expansão da parte ocidental da Alemanha.

“Para a Alemanha, todas as questões fatais de política econômica e social e de interesse nacional estão intimamente associadas a esse contraste entre a sociedade rural do Leste e a do Oeste, e a seu desenvolvimento posterior.”<sup>19</sup>

As análises de Weber dessas questões diferiam consideravelmente das propaladas nos círculos ortodoxos do SPD, na virada do século. Enquanto os autores marxistas buscavam interpretar o caráter cambiante do Leste agrário quase apenas em termos econômicos, Weber vislumbrava uma intrincada influência recíproca das relações econômicas, políticas e ideológicas. Assim, explicando a emigração dos trabalhadores das propriedades fundiárias, Weber rejeitava a concepção segundo a qual isso poderia ser explicado pela referência a considerações puramente econômicas: a força motriz imediata era, antes, uma noção generalizada de “liberdade” conquistada a partir dos laços restritivos do trabalho servil. A “questão do pão e da manteiga”, afirmava Weber, “é de importância secundária”.<sup>20</sup>

A *ética protestante* reúne, combina e projeta, em um âmbito geral, várias das implicações que Weber extrai de sua interpretação da questão agrária e de seu relacionamento com a política alemã. É um engano enxergar essa obra, como muitos fizeram, como um ataque frontal contra o materialismo histórico. A linha emergente do raciocínio de Weber, mais exatamente, tanto em relação à estrutura social alemã quanto no que diz respeito a um plano intelectual mais geral, conduziu-o em direção a uma perspectiva que atravessa as concepções típicas incorporadas pelo marxismo. Sua rejeição à filiação aos social-democratas na esfera política, na medida em que se baseava na interpretação das tendências de desenvolvimento da sociedade alemã, recebeu sustentação intelectual na aceitação de certos elementos do neokantismo da escola de Heidelberg. A posição metodológica de Weber, tal como foi elaborada durante o período de 1904-1905, se apoiava fortemente em Rickert e na dicotomia entre fato e valor que se tornaria fundamental na filosofia posterior. Weber se utilizou dessa dicotomia para formular uma crítica metodológica tanto ao idealismo quanto ao marxismo, considerando-os esquemas gerais aplicados à história; no âmbito da ação política, isso embasava sua rejeição à social-democracia como representante de uma fusão ilegítima de reivindicações éticas e políticas. Como certa vez observou a respeito do socialismo, “*não devo* me reunir a essas igrejas”.<sup>21</sup>

Max Weber acrescentou a essas objeções metodológicas ao marxismo sua apreciação das características específicas do desenvolvimento econômico e político da Alemanha. Concordava com alguns elementos da análise marxista tradicional da ideologia religiosa, mas rejeitava completamente o materialismo histórico “unilateral”, que não conferia nenhuma influência positiva ao conteúdo simbólico das formas específicas do sistema religioso de crença. Assim, aceitava que “A Igreja pertence, nos países europeus, às forças conservadoras: a Igreja Católica Romana, em primeiro lugar ... mas também a Igreja Luterana”. Encontrou no calvinismo, entretanto, um impulso religioso que não era conservador, mas revolucionário. Conquanto o luteranismo, tal como demonstrou em *A ética protestante*, representasse um “avanço” importante em relação ao catolicismo pela promoção da penetração da ética religiosa no sancionamento do trabalho racional como “vocaçào”, a Reforma em si não representava uma ruptura radical com o tradicionalismo. O luteranismo como um todo, tal como o catolicismo, atuava como “apoio ao camponês, com seu modo conservador de vida, contra a dominação de uma cultura urbana racionalista”. As duas igrejas consideravam que os laços pessoais da relação entre senhor e servo poderiam ser mais facilmente controlados do ponto de vista ético do que as relações comerciais de mercado. “Contrastes historicamente condicionados, que sempre tinham separado o catolicismo e o luteranismo do calvinismo, fortaleceram profundamente essa atitude anticapitalista das igrejas européias.”<sup>22</sup>

Assim, na busca pela identificação do vínculo histórico entre o calvinismo e o capitalismo racional moderno, Weber ao mesmo tempo iluminou as circunstâncias específicas do caso alemão. O calvinismo, sancionando o “ascetismo neste mundo”, serviu para romper com o tradicionalismo que tinha caracterizado as formações econômicas anteriores. A Alemanha experimentou a primeira “revolução religiosa” dos tempos modernos, mas o luteranismo não foi uma ruptura com o tradicionalismo capaz de gerar o impulso ético que poderia apoiar o capitalismo moderno. Ao contrário, a Igreja Luterana teria se tornado o baluarte do sistema de dominação política que entraria pelo século XX afora. Weber explicitou essa questão nos seus escritos políticos, apontando uma conexão direta entre o luteranismo e o crescimento do Estado prussiano: “O protestantismo legitimou o Estado como instrumento da violência, como uma instituição divina absolu-

ta e como o único poder estatal legítimo. Lutero tirou a responsabilidade ética pela guerra do indivíduo e a transferiu para a autoridade do Estado; obedecer a essa autoridade em todas as questões, exceto a crença religiosa, nunca poderia gerar nenhuma culpa”.<sup>23</sup>

Na medida em que esse elemento levou Weber a uma confrontação com a análise marxista da “ideologia” e da “superestrutura”, era inevitável que muito da controvérsia sobre *A ética protestante* se centrasse no “papel das idéias” no desenvolvimento histórico. O próprio Weber repudiou sarcasticamente as posturas do materialismo histórico a esse respeito: a noção segundo a qual os sistemas de idéias poderiam ser em quaisquer circunstâncias reduzidos, “em última instância”, aos fatores econômicos estava “completamente morta”; a verdade estava no fato de que não havia nenhuma linha unilateral de relacionamento entre os fatores “materiais” e “ideais”. Mas, subjacente à obra, havia uma divergência de raízes mais profundas com o marxismo, que dizia respeito à estrutura essencial do capitalismo e da racionalidade burguesa, e, trabalhando as implicações dessa perspectiva, tal como foram elaboradas nos seus estudos sobre as civilizações não européias, Weber, mais uma vez, configurou como ponto de partida sua interpretação da situação alemã e do “legado de Bismarck”.

Um tema-chave nos escritos de Weber é a ênfase sobre a influência do “político” em oposição à do “econômico”. Hoje, é importante reconhecer que as duas formas mais significativas de teoria sociopolítica originadas na primeira parte do século XIX — liberalismo e marxismo — estavam de acordo em minimizar a influência do Estado. O “político” era visto como elemento derivado e secundário. O marxismo até admitia a importância do Estado no capitalismo, mas via-o como expressão da assimetria dos interesses de classe, e portanto como uma forma social que “desapareceria” quando a sociedade de classes fosse superada pelo socialismo. Weber percebeu com facilidade a disjunção entre essa concepção, tal como era defendida pelos porta-vozes dos social-democratas, e a realidade das circunstâncias sociais nas quais o partido marxista se encontrava. O SPD certamente estava — particularmente durante o período das leis anti-socialistas — “fora” do Estado; mas o único meio, tal como Weber o via, de o partido adquirir poder era o sistema eleitoral. Entretanto, quanto mais o partido era bem-sucedido por essa via, de acordo com sua análise,

mais era forçado a se tornar um partido burocratizado, de “massas”, a ser integrado ao mecanismo do Estado existente sem que fosse possível contrapor-lhe nenhuma “alternativa”. Rejeitava a perspectiva dos liberais de esquerda por razões similares. O liberalismo ao estilo de 1848, aos olhos de Weber, estava obsoleto, no contexto do período pós-unificação na Alemanha. Os pressupostos contidos na perspectiva dos liberais de esquerda – “minimizar” o poder político pela plena extensão dos direitos políticos de voto universal – eram para Weber irreconciliáveis com a tendência de desenvolvimento da política alemã. Dentro da Alemanha, o principal resíduo da dominação de Bismarck era a existência de um funcionalismo burocrático de Estado: uma “democracia sem liderança” não configuraria nenhum avanço sobre a situação presente da hegemonia política de uma classe condenada e em declínio. Externamente, a Alemanha estava rodeada de Estados poderosos: a unificação da Alemanha tinha sido conquistada pela afirmação do poder militar prussiano em face de outras nações européias de maior grandeza. Assim, transformada em uma sociedade “burguesa”, a Alemanha não poderia seguir o mesmo padrão de desenvolvimento político tanto da Inglaterra quanto dos Estados Unidos. Em mais de uma ocasião, Weber estabeleceu um contraste explícito entre as circunstâncias históricas da Alemanha e as dos Estados Unidos. A Alemanha teria sido colocada em uma situação que “nos forçou a manter o esplendor de nossa velha cultura, por assim dizer, em um acampamento armado dentro de um mundo erichado de armas”. Os Estados Unidos, por outro lado, “ainda não conhecem esse tipo de problemas” e, provavelmente, “nunca encontrarão alguns deles”. O isolamento do subcontinente que os Estados Unidos ocupam foi “selo histórico real impresso sobre suas instituições democráticas; sem essa aquisição, com vizinhos poderosos e belicosos ao seu lado, teria, tal como nós, que usar uma armadura, mantendo constantemente nas gavetas das mesas uma ordem de marcha, em caso de guerra”.<sup>24</sup>

Essa afirmação guiou Weber na sua conceituação geral do Estado e do poder político, tal como formulada em *Economia e sociedade*. Em contraste com os pensadores do mesmo período (tal como Durkheim), que enxergavam o Estado-Nação moderno, antes de mais nada, como uma instituição moral, Weber enfatizou acima de tudo a capacidade do Estado em reivindicar, pelo uso da força,

uma área territorial definida. O Estado moderno era “uma associação compulsória com uma base territorial” e monopolizava, dentro de seus limites, o controle legítimo do uso da força. Era impossível, assegurava, definir um agrupamento “político” (*Verband*) nos termos de qualquer categoria específica de finalidades à quais servisse: “Não há um fim concebível que algumas das associações políticas já não tenham perseguido. E, da garantia da segurança individual até a administração da justiça, não há nenhum (fim) que todas tenham reconhecido”.<sup>25</sup> Assim, o caráter “político” de um grupo só poderia ser definido nos termos do seu monopólio da disponibilidade da força – o que é um “meio” mais do que um “fim”.

A organização de um Estado racional-legal, na sociologia de Weber, foi aplicada para gerar um paradigma geral da progressão da divisão do trabalho no capitalismo moderno. A aplicação desse esquema, que era mediada pela concepção de burocratização, expressava mais uma vez, definitivamente, o caráter independente do “político” quando comparado ao “econômico”. Para Marx e para a maior parte do pensamento social do século XIX em geral, o problema da burocracia tinha pouca importância – fato que tem que ser atribuído, de modo direto, ao tratamento da organização política como fortemente dependente do poder econômico (dominação de classe). É claro que Weber não negava que o capitalismo moderno envolvesse a emergência de um sistema de classes baseado no capital e no trabalho assalariado. Mas, para ele, esse não era o eixo estrutural principal, tal como era para Marx, da crescente diferenciação da divisão social do trabalho que acompanhou o avanço do capitalismo. Em vez de generalizar a partir do econômico para o político, Weber generalizava a partir do político para o econômico: a especialização burocrática de tarefas (que era a primeira e a mais importante característica do Estado racional-legal) foi tratada como o mais integral dos feitos do capitalismo. Mas Weber rejeitava a concepção de que a expropriação do trabalhador em relação aos meios de produção pudesse ser confinada apenas à esfera econômica; qualquer forma de organização que tivesse uma hierarquia de autoridade poderia vir a se sujeitar a um processo de “expropriação”. No Estado moderno, “funcionários especializados, com base na divisão do trabalho”, foram como um todo expropriados da posse dos seus meios de administração. “No Estado contemporâneo – e isso é essencial para o conceito

de Estado — a 'separação' dos auxiliares administrativos, dos funcionários administrativos e dos trabalhadores dos meios da organização administrativa é completa."<sup>26</sup>

Nesse ponto a análise de Weber do desenvolvimento político da Alemanha reencontrava sua concepção geral de crescimento do capitalismo ocidental e das prováveis conseqüências da emergência das sociedades socialistas na Europa. Esse problema específico do desenvolvimento "político" alemão era o mesmo do "legado" de Bismarck, que teria levado a Alemanha a uma burocracia fortemente centralizada, sem que fosse complementada por uma ordem institucional capaz de gerar uma liderança política independente, como demandavam as "tarefas da nação". Esse tipo de liderança política proveniente, no passado, da aristocracia prussiana não poderia se originar dessa mesma fonte em uma sociedade capitalista. Essa sociedade constituíra uma classe trabalhadora e uma burguesia. A análise de Weber das características específicas do SPD, tal como sua formulação geral sobre o crescimento da divisão burocratizada do trabalho no capitalismo, reforçou sua concepção de que a constituição burguesa era a única opção factível na Alemanha. Considerava uma fantasia o ímpeto ideológico dos social-democratas, que promovia a noção segundo a qual o aparato burocrático do Estado poderia ser superado e destruído pelos meios revolucionários. Não se tratava apenas do fato de uma economia capitalista necessitar de uma organização burocrática, mas do fato de a socialização da economia constituir inevitavelmente a expansão da burocracia, com o objetivo de coordenar a produção de acordo com o "planejamento" central. De um modo geral, chegava-se a essa conclusão por meio da análise do processo de "expropriação" na divisão do trabalho. A antecipação marxista do socialismo estava assentada na crença de que a sociedade capitalista poderia ser superada por uma nova ordem social; mas, na concepção de Weber, a possibilidade de superação do capitalismo tinha sido completamente eliminada. A característica essencial do capitalismo se configurava não nas relações de classe entre trabalho assalariado e capital, mas na orientação racional para a atividade produtiva. O processo de "separação" do trabalhador dos meios de produção foi apenas uma instância do processo de racionalização da conduta que avançava em todas as esferas da sociedade moderna. Esse processo que fazia ascender a especialização burocrática era irreversível. Na

medida em que o socialismo estava embasado na imposição adicional do controle racional da conduta econômica (a centralização da economia) e no "desaparecimento" do "político" por sua imersão no "econômico" (controle do Estado sobre as empresas de caráter econômico), o resultado só poderia ser uma expansão enorme da burocratização. Esta não configuraria a "ditadura do proletariado", mas a "ditadura dos funcionários".<sup>27</sup>

A análise de Weber da estrutura política da Alemanha tinha como preocupação a inter-relação de três elementos centrais: a posição tradicionalmente estabelecida dos proprietários de terra "feudais" *Junker*; a tendência à "dominação burocrática incontrolada" pelo funcionalismo de Estado; e a carência de liderança política que se vinculava a cada um desses fatores. Os três componentes reaparecem, no âmbito mais geral da sociologia política de Weber, em sua tipologia da dominação: tradicional, legal e carismática. Sem dúvida, a dominação dos *Junker* lhe serviu como modelo aproximado (em conjunto com o caso de Roma, que ele utilizou para formular algumas comparações com a Alemanha em seus primeiros escritos) para estabelecer as implicações gerais do contraste entre os "tipos puros" de dominação tradicional e legal e o relacionamento entre esses tipos e a atividade econômica. "A dominação de um estrato tende", esclareceu Weber, "porque a estrutura dos poderes feudalizados de governo é, de modo predominante e usual, patrimonial, a estabelecer limites rígidos à liberdade da atividade aquisitiva e ao desenvolvimento dos mercados."<sup>28</sup> Mas, em conjunto com sua ênfase mais geral, acentuou que as práticas administrativas da dominação tradicional, mais do que sua atividade de política puramente econômica, inibiam o crescimento da atividade capitalista racional. Aqui, o caráter "arbitrário" da administração tradicional tem uma significação particular, já que militava contra a emergência da racionalidade formal ou do "cálculo" na ação social. As circunstâncias históricas da Europa ocidental eram, de acordo com Weber, únicas e incentivaram o desenvolvimento do Estado racional, com seus funcionários especializados. Essa teria sido uma das maiores condições (entre outras) a facilitar a ascensão do capitalismo moderno no Ocidente.

O caso da Alemanha, entretanto, demonstrava que o crescimento do Estado racional não era, de forma alguma, condição suficiente para a emergência do capitalismo moderno. Nos países em que o

capitalismo teve uma existência precoce, Inglaterra e Holanda, o Estado burocrático se desenvolveu menos do que na Alemanha. Foi a existência de um Estado burocrático na Alemanha e a direção específica para a qual ele foi canalizado sob Bismarck que levou o país às mãos de políticos "sem vocação". "Políticos profissionais", tal como Weber demonstrou em seus estudos sobre as civilizações do Leste, emergiram em todos os Estados patrimoniais desenvolvidos. Eram indivíduos que acabavam por adquirir proeminência a serviço do rei: "Homens que, ao contrário do líder carismático, não quiseram ser senhores por si mesmos, mas ficaram a serviço de líderes políticos". Mas apenas no Ocidente houve políticos profissionais, cujas vidas foram devotadas "ao serviço de poderes que não os dos príncipes"; que viveram "fora" da política e que reconheceram apenas a legitimidade de princípios legais impessoais. O desenvolvimento desse processo aconteceu na Europa por diferentes caminhos e em diferentes lugares, mas sempre envolveu o desencadear de uma luta pelo poder entre o rei e os auxiliares administrativos que cresciam à sua volta. Na Alemanha, isso teve uma forma particular:

Onde quer que as dinastias retivessem poder real em suas mãos — como era especialmente o caso da Alemanha — os interesses do príncipe se uniam aos dos funcionários *contra* o parlamento e suas reivindicações de poder. Os funcionários também estavam interessados em obter posições importantes, ocupadas por suas próprias fileiras, tornando, assim, tais posições objeto de uma carreira funcional. O monarca, por seu lado, desejava indicar os ministros a partir das fileiras de funcionários devotados, a seu próprio critério. Ambas as partes, entretanto, estavam interessadas em ver a liderança política enfrentar o parlamento de um modo unificado e solidário.<sup>29</sup>

Todos os Estados modernos, evidentemente, envolviam essas duas formas de funcionários: os "administrativos" e os "políticos". A discussão de Weber sobre o relacionamento entre as duas formas de funcionalismo moderno na Alemanha se baseava na análise das qualidades da liderança política que estava diretamente conectada com a sua formulação da dominação carismática em geral. O funcionário burocrático tinha que desempenhar suas funções de modo imparcial — como Weber afirmava freqüentemente, *sine ira et studio*. O líder político, ao contrário, tinha que "tomar uma posição" e "ser apaixonado". A "rotinização" da política — ou seja, a transformação

das decisões políticas em decisões de rotina administrativa, pela dominação do funcionalismo burocrático — era especificamente estranha às demandas que eram mais básicas para a ação política. Esse fenômeno, que ocupou boa parte da atenção de Weber em sua análise da carência de liderança política na Alemanha, constituiu-se no maior componente de sua comparação generalizada do carisma tanto com a dominação tradicional quanto com a racional-legal. O carisma era, como "tipo puro", inteiramente oposto à rotina, o *alltäglich*. As dominações tradicional e legal, por outro lado, constituíam, ambas, as formas da administração cotidiana, uma vinculada aos antecedentes transmitidos das gerações passadas, a outra conformada pelos princípios universais abstratamente formulados. O líder carismático, "como ... todo líder verdadeiro nesse mesmo sentido, preconiza, cria ou demanda *novas* obrigações".<sup>30</sup> Era por essa razão que o "elemento carismático" adquiria uma significação vital na ordem democrática moderna; sem ele, nenhuma elaboração de políticas seria possível, e o Estado ficaria relegado a uma democracia sem liderança, ao governo de políticos profissionais sem vocação.

### A articulação sociológica do pensamento político de Weber

Na discussão anterior, busquei identificar algumas das conexões entre os escritos políticos de Weber e seus trabalhos sociológicos mais gerais, enfatizando os aspectos de sua sociologia que foram mais diretamente influenciados pela sua análise do desenvolvimento político da Alemanha guilhermina. A influência do "modelo alemão" sobre o pensamento de Weber foi profunda: todos os seus grandes interesses intelectuais foram virtualmente moldados por ele. Mas sua avaliação do desenvolvimento político da Alemanha também foi ampliada por um enfoque mais amplo, e formulada mais sistematicamente, dentro de uma estrutura abstrata de pensamento que ele elaborou da virada do século em diante. A posição metodológica que ele estabeleceu no início desse período é particularmente importante para essa conexão. Como em outras partes de seu trabalho, a tendência foi — mais uma vez, particularmente no mundo de língua inglesa — a de realçar a existência de uma disjunção entre seus ensaios

metodológicos, de um lado, e seus escritos mais empíricos, de outro. Entretanto, como Löwith ressaltou, a perspectiva metodológica de Weber é inseparável de suas outras obras, mais particularmente de sua interpretação geral da ascensão do capitalismo. Os elementos mais importantes das noções metodológicas de Weber foram elaborados no mesmo período em que ele estava trabalhando em *A ética protestante*; e essas noções eram uma contribuição intelectual que ajudava a moldar sua análise sobre a tendência de desenvolvimento do capitalismo ocidental em geral e sobre a estrutura social e política da Alemanha em particular.

Os ensaios metodológicos de Weber tinham um caráter fortemente polêmico e têm que ser vistos como contraponto aos fundamentos de várias escolas de pensamento social e econômico do século XIX alemão. Em seu longo ensaio sobre Roscher e Knies, maneja dois conjuntos superpostos de problemas: a confusão, nos trabalhos desses autores, entre o compromisso com o método empírico rigoroso e o uso de conceitos "místicos" oriundos da filosofia idealista clássica e a questão da suposta "subjetividade irracional" do comportamento humano comparada à "previsibilidade" do mundo natural. A conduta humana, afirmava Weber, era tão previsível quanto os eventos do mundo natural: "A 'previsibilidade' [*Berechenbarkeit*] dos 'processos da natureza', tal como na esfera das previsões meteorológicas, é muito menos acertada do que o cálculo das ações de alguém conhecido por nós".<sup>31</sup> Essa "irracionalidade" (no sentido de que a "vontade livre" = "incalculabilidade") não era de forma alguma um componente específico da conduta humana: pelo contrário, essa irracionalidade, concluiu Weber, era "anormal", na medida em que se constituía em propriedade do comportamento daqueles indivíduos que eram designados como "insanos". Era, portanto, uma falácia supor que as ações humanas não pudessem ser tratadas por generalizações; na verdade, a vida social dependia de regularidades na conduta humana, de tal forma que um indivíduo pudesse calcular as respostas prováveis de outro em relação à sua própria ação. Porém, do mesmo modo, isso não implicava que as ações humanas pudessem ser tratadas com total igualdade em relação aos eventos do mundo natural — isto é, como fenômenos "objetivos", na acepção assumida pelo positivismo. A ação teria um conteúdo "subjetivo" não compartilhado pelo mundo da natureza, e a apreensão do sentido das ações

de um ator era essencial para a explicação das regularidades discerníveis na conduta humana. Por essa razão, Weber insistia em que o indivíduo era o "átomo" da sociologia: toda proposição que envolvesse referências à coletividade, tal como um partido ou uma nação, teria em última instância que ser resolvida por conceitos referentes às ações individuais.

A posição que Weber adotava em relação a esses aspectos se recusava, então, a identificar a "vontade livre" com o irracional. As ações humanas impulsionadas por essas forças seriam governadas pelo exato oposto da liberdade de escolha: tal liberdade era dada na medida em que a conduta se aproximasse da "racionalidade", o que aqui significa a correspondência dos meios aos fins na ação orientada.<sup>32</sup> Assim, identificou dois tipos puros de ação racional, cada um inteligível em termos da relação entre meios e fins, para o cientista social: "racionalidade referente a fins" (*Zweckrationalität*), na qual o ator racionalmente estima a totalidade da extensão das conseqüências engendradas pela seleção dos meios dados para a obtenção de um determinado fim, e "racionalidade referente a valores", na qual um indivíduo conscientemente persegue um fim que considera mais importante, com uma devoção particular, sem "levar em conta os custos". Weber contrapunha esses dois tipos à ação irracional, e estabeleceu como princípio metodológico básico a prescrição segundo a qual "todos os elementos irracionais, afetivamente determinados do comportamento", deveriam ser tratados "como fatores de desvio em relação ao tipo conceitualmente puro de ação racional".<sup>33</sup>

É importante enfatizar que, de acordo com seu esquema metodológico, a "moral" estava, do ponto de vista lógico, separada do "racional". A atribuição de racionalidade toma os objetivos morais ou os "fins" como *dados*: Weber rejeitava completamente a concepção de que a esfera do "racional" pudesse se estender à avaliação de padrões éticos conflitantes. O que ele freqüentemente referia como "irracionalidade ética do mundo" era fundamental para a sua epistemologia. Afirmações de fatos e julgamentos de valores estavam separados por um abismo lógico absoluto: não havia nenhum caminho pelo qual o racionalismo científico pudesse validar um ideal ético comparado a outro. O conflito interminável entre sistemas éticos divergentes não poderia ser resolvido pelo aumento do conhecimento racional. Daí resulta que o que "vale a pena" conhecer poderia não ser deter-



minado racionalmente, mas teria que repousar em valores que especificariam por que certos fenômenos têm “interesse”: a investigação objetiva da ação humana seria possível, mas apenas assentada em uma base anterior de seleção dos problemas que teriam relevância em relação aos valores.

A perspectiva metodológica de Weber, assim, se desdobrou no estabelecimento de certas polaridades entre “subjetividade” e “objetividade”, e entre “racionalidade” e “irracionalidade”:

A validade *objetiva* de todo conhecimento empírico repousa exclusivamente sobre a ordenação da realidade dada de acordo com categorias que são *subjetivas* em um sentido específico, precisamente naquelas que apresentam as *pressuposições* do nosso conhecimento e que estão baseadas em pressuposições de *valor* daquelas *verdades* que só o conhecimento empírico é capaz de nos oferecer ... Mas esses dados não podem nunca se transformar na produção de uma prova empiricamente impossível para a validade de idéias de valor. A crença que todos temos de uma forma ou de outra na validade meta-empírica de valores últimos ou finais, na qual se enraza a significação da nossa existência, não é incompatível com a mutabilidade incessante dos pontos de vista concretos, a partir dos quais a realidade empírica ganha suas significações. Ao contrário, ambas as visões estão em harmonia entre si. A vida com sua realidade irracional e seu conjunto de significados possíveis é inexaurível.<sup>34</sup>

Desse modo, para Weber, não haveria nenhum sentido no qual a história pudesse ser “racional”, tal como foi postulado tanto pelo “idealismo objetivo” hegeliano quanto pelo marxismo, apesar de o desenvolvimento social humano ter revelado uma progressão em direção a ideais racionalmente determinados. A afirmação de Marx segundo a qual “a humanidade sempre se coloca tarefas à medida que pode resolvê-las” era antitética à posição de Weber, tal como a famosa proposição de Hegel, “o que é racional é real e o que é real é racional”. Como Weber expressou algumas vezes, a verdade e a bondade não se definiriam em uma relação histórica entre si.

Essa posição epistemológica teve, para o pensamento sociológico e político de Weber, conseqüências que se estenderam para além da esfera da metodologia das ciências sociais. A “irracionalidade ética” era o elemento mais importante nas concepções subjacentes aos seus estudos sobre as “religiões mundiais”, bem como às suas análises

sobre o rumo específico de desenvolvimento da racionalização no Ocidente. De acordo com a perspectiva de Weber, não poderia haver nenhuma solução racional em relação aos padrões éticos rivais existentes: todas as civilizações, assim, encararam o problema de ter que “dotar de sentido” a “irracionalidade” do mundo. A teodicéia religiosa oferecia uma “solução” para esse problema, e a necessidade de “conferir sentido ao que não o tem” foi um ímpeto psicológico importante em direção à racionalização dos sistemas de crença religiosa. O crescimento da racionalização dependeu de forças que não eram em si mesmas racionais; daí a importância do carisma no pensamento de Weber. O “carisma” seria uma força “especificamente irracional” na medida em que se constituía como “alheio a todas as normas”.<sup>35</sup> Era isso que fazia dos movimentos carismáticos o maior elemento revolucionário na história, a fonte mais potente de novas formas de racionalização.

O conceito de “racionalização” em Weber era complexo e ele se utilizou desse termo para abranger três conjuntos de fenômenos relacionados entre si: (1) o que ele referia diversamente como (no aspecto positivo) “intelectualização” ou (no aspecto negativo) como “desencantamento” (*Entzauberung*) do mundo; (2) o crescimento da racionalidade no sentido do “elo metodológico entre um determinado fim prático estabelecido e o uso de um cálculo crescentemente preciso dos meios adequados”;<sup>36</sup> (3) e o crescimento da racionalidade no sentido da formação de uma “ética que fosse sistematicamente e de modo não ambíguo orientada para objetivos fixados”. Tal como mostrou em seus estudos sobre a Índia e a China, a racionalização dos sistemas de crenças finais poderia tomar inúmeras formas diferentes, envolvendo várias combinações desses três elementos. A forma específica do desenvolvimento social e econômico da Europa ocidental incorporou uma combinação que foi, por certos rumos bastante definidos, muito diversa das direções que a racionalização tinha tomado em qualquer outro lugar.

Weber detalhou as esferas mais importantes da vida social e econômica nas quais a racionalização se desenvolveu no Ocidente de uma forma específica ou em grau avançado, antes mesmo do desenvolvimento do capitalismo moderno. Esses desenvolvimentos anteriores — tais como a formação da jurisprudência racional herdada do direito romano — desempenharam um papel definido em facilitar a

ascensão do capitalismo moderno. A importância do calvinismo e de outros ramos do protestantismo ascético, tal como Weber esclareceu em *A ética protestante*, não se referia ao fato de eles terem sido a “causa” do capitalismo, mas ao fato de terem oferecido um ímpeto *irracional* para a busca disciplinada de ganho monetário, dentro de uma “vocação” específica — abrindo assim o caminho para a expansão posterior de tipos distintos de racionalização da atividade estimulados pela voracidade do capitalismo. O protestantismo ascético sancionou a divisão do trabalho que se integrava ao capitalismo moderno e que, inevitavelmente, agregou à expansão do capitalismo o avanço da burocracia. A divisão do trabalho burocratizada, que, com o desenvolvimento posterior do capitalismo, tornou-se característica de todas as instituições mais importantes, daí em diante funcionou “mecanicamente” e não tinha nenhuma necessidade da ética religiosa na qual, originalmente, se baseava. Assim, a expansão posterior do capitalismo completou o desencantamento do mundo (por meio de um compromisso com o “progresso” científico); transformou muitas formas de relação social em condutas que se aproximavam do tipo *Zweckrational* (por meio da coordenação racional das tarefas nas organizações burocráticas); e impulsionou a expansão de normas do tipo abstrato e legal, as quais, principalmente quando incorporadas ao Estado, constituíram a forma principal da “ordem legítima” moderna.

Cada um desses três aspectos da racionalização promovidos pelo capitalismo teve conseqüências às quais Weber atribuiria uma significação essencial na análise da ordem política moderna.

1 Na medida em que Weber estabeleceu como princípio lógico que nem as proposições científicas nem o conhecimento empírico poderiam validar julgamentos de valor, segue-se que o crescimento da intelectualização científica, característico do capitalismo, não poderia, de si e por si mesmo, conferir sentido. Assim, o próprio progresso da ciência, concluiu ele, disseminou a visão segundo a qual foi promovido o esforço científico:

Para experimentadores artísticos do tipo de Leonardo e para os inovadores musicais, a ciência significava o caminho para a arte verdadeira, portanto o caminho para a verdadeira natureza ... E hoje? Quem — além de algumas crianças crescidas que de fato são ainda encontradas no mundo das ciências naturais — ainda acredita que os

achados da astronomia, biologia, físicas ou química possam nos ensinar qualquer coisa sobre o *sentido* do mundo? ... Se essas ciências naturais não conduziram, por esse caminho, a nada, [se] pudessem constituir a crença de que há uma tal coisa como o “sentido” do universo, exterminar-se-iam em suas próprias raízes.<sup>37</sup>

Um tema constante dos escritos políticos de Weber era a ênfase na necessidade de encarar “sem ilusões” as realidades do mundo moderno. “Quem quer que deseje se dedicar à política sobre a face da terra precisa, acima de tudo, libertar-se das ilusões.”<sup>38</sup> Esse tema estava fortemente integrado à sua concepção da “irracionalidade ética” do mundo. A criação de uma atividade política racional, livre da interferência dos deuses, espíritos ou armadilhas dos símbolos tradicionais, explica os irremediáveis conflitos de poder que estavam na essência da política. A conseqüência do desencantamento do mundo era que os valores transcendentais que conferiam sentido existiram apenas na “fraternidade das relações humanas diretas e pessoais” ou foram projetados nas formas de recolhimento místico. Os indivíduos incapazes de “encarar o destino dos tempos” poderiam se abrigar nesse recolhimento, tanto nas igrejas tradicionais quanto nos cultos mais recentes. Mas, desse modo, perderiam sua capacidade de participar diretamente da política. Aqueles que olhassem para a transcendência do conflito humano através da política, que buscassem atingir um fim para a “dominação do homem pelo homem”, estariam voando sobre a realidade assim como aqueles que abandonaram a vida pública em favor do retiro místico: eis a crítica mordaz de Weber aos “radicais ilusionistas” em política — os socialistas revolucionários — “que gostariam de derrubar todo homem independente que lhes dissesse verdades desagradáveis”.<sup>39</sup> Quem quer “que queira viver como um homem moderno”, mesmo que seja “apenas no sentido de ter seu jornal diário, estradas de ferro, eletricidade etc.”, tem que se resignar à perda dos ideais de uma transformação revolucionária radical: na verdade, tem que abandonar “a possibilidade de conceber um objetivo como esse”.<sup>40</sup>

Assim, o político ativo, de acordo com Weber, precisaria de “paixão no sentido da *pura realidade*”, o “reino do cotidiano”, que flutua entre a devoção a uma “causa” e o estar atento à presença constante da tensão entre meios e fins e ao “paradoxo das conseqüências”. Era essa atenção que faltava aos revolucionários, os quais não viam que

os meios de que se utilizavam para atingir seu objetivo trariam necessariamente como conseqüência um estado de coisas muito diferente daquele que se propunham. Assim, o governo bolchevique na Rússia, escreveu Weber em 1918, era simplesmente uma ditadura militar de esquerda, com conteúdos semelhantes às ditaduras de direita, exceção feita ao fato de ser uma "ditadura de cabos" mais do que de generais.<sup>41</sup> O problema do "paradoxo das conseqüências", claramente, era a raiz da diferenciação de Weber entre a "ética da responsabilidade" e a "ética da convicção" (*Gesinnungsethik*), que correspondia, no âmbito da ética, à distinção entre racionalidade orientada e de valores. Disso se segue, a partir da própria perspectiva lógica de Weber, que aquele que aderisse a uma ética de fins últimos não poderia demonstrar, racionalmente, que estava enganado em perseguir o curso da ação que praticou; mas tal pessoa seria aquela que "não pode agüentar a irracionalidade ética do mundo", que não está prevenida contra o caráter "daimônico" do poder político.

2 A intelectualização característica do capitalismo moderno, de acordo com Weber, estaria intimamente ligada ao racionalismo da conduta humana em um segundo sentido, especialmente como se manifestaria na divisão do trabalho burocratizada. Tanto nos seus escritos sociológicos quanto nos políticos, identificou o avanço da racionalidade burocrática como componente inevitável do crescimento do capitalismo: os efeitos "alienantes" da ordem social moderna, que Marx tinha atribuído ao sistema de classe na produção capitalista, eram na verdade derivados da burocratização. Weber freqüentemente utilizou as imagens da máquina na análise da natureza da organização burocrática. Tal como uma máquina, a burocracia era o sistema de utilização de energias para a execução de tarefas específicas. O membro de uma burocracia "é apenas uma peça em um mecanismo móvel que lhe prescreve uma marcha essencialmente fixa". A burocracia, em comum com a máquina, poderia ser posta a serviço de muitas questões diferentes. Mais ainda, uma organização burocrática funciona tão eficientemente a ponto de seus membros serem "desumanizados": a burocracia "desenvolvida mais perfeitamente ... mais completamente tem sucesso em eliminar das atribuições dos funcionários amor, ódio e todos os elementos puramente pessoais, irracionais e emocionais que escapem ao cálculo".<sup>42</sup>

Mas, de acordo com Weber, não haveria nenhuma possibilidade de transcender a subordinação dos indivíduos à especialização das tarefas ensejada pela burocratização. O avanço da burocracia aprisionava as pessoas na *Gehäuse der Hörigkeit*, a "jaula de ferro" da divisão especializada do trabalho da qual dependia a administração da ordem social e econômica moderna. A *ética protestante* termina com uma exposição admirável dessa afirmação:

A limitação ao trabalho especializado, com a renúncia à universalidade fáustica do homem que ela envolve, é uma condição para todo trabalho remunerado no mundo moderno; daí em diante, ações e renúncia inevitavelmente se condicionam reciprocamente ... O puritano queria trabalhar em uma vocação; nós somos forçados a isso. Pois quando o ascetismo saiu das celas monásticas para a vida cotidiana e começou a dominar a moralidade do mundo, ele o fez tornando-se parte do tremendo universo da ordem econômica moderna. Essa ordem está atualmente ligada às condições técnicas e econômicas da produção manufatureira que hoje determinam as vidas de todos os indivíduos nascidos dentro desse mecanismo, e não apenas os diretamente envolvidos pela aquisição econômica, com uma força irresistível.<sup>43</sup>

Na visão de Weber, tanto os conservadores quanto os socialistas compartilhavam a crença incorreta de que era possível para as pessoas de hoje "escapar da jaula": os primeiros olhavam para uma reversão à era anterior, os últimos para a formação de uma nova forma de sociedade que transformaria radicalmente as condições existentes da produção capitalista. Todos tinham em mente o "homem universal" da cultura humanista e antecipavam o desaparecimento da "especialização fragmentada" da divisão capitalista do trabalho. Mas essa cultura fora irremediavelmente destruída pela burocratização. O ideal de "homem universal" oferecia uma finalidade substantiva para a educação nos sistemas patrimonialistas nos quais as tarefas administrativas manifestavam apenas um baixo nível de racionalização. A qualificação para o ofício naquelas circunstâncias poderia estar baseada na concepção de "personalidade cultivada": alguém de competência generalizada, cujos atributos educacionais fossem demonstrados em primeiro lugar pela conduta e pelo porte, mais do que pela posse de habilidades especializadas. Hoje, porém, tanto na educação quanto na vida social em geral, a especialização é inevitável e a educação profissional substituiu o humanismo.

Essas considerações são as que estão subjacentes à sua famosa discussão da “neutralidade ética”. Os professores da “velha escola”, como Schmoller, pertenciam a um tempo em que a Alemanha estava no limiar de seu desenvolvimento capitalista, um tempo em que era comum “atribuir às universidades, e por seu intermédio a eles próprios, o papel universal de formar os seres humanos, de inculcar atitudes políticas, éticas, culturais, estéticas e outras”. De acordo com Weber — e, é claro, em consonância com sua perspectiva, isso não pode ser racionalmente comprovado, na medida em que envolve julgamento de valor —, essa concepção teria que ser abandonada em favor de uma outra que encarasse a universidade como tendo “uma influência de valor real somente por meio de treinamento especializado por pessoas especialmente qualificadas”. Dessa última concepção segue-se que, assegurava Weber, a “integridade intelectual” deveria ser o único objetivo geral de fato promovido na sala de aula. Assim, disciplina e autolimitação, propriedades características da “vocação” moderna, teriam que ser aplicadas à posição do professor (e do estudante) tanto quanto a qualquer outra ocupação. O professor, dessa forma, teria que se confinar dentro dos limites da universidade, para a exposição rigorosa do tema em que fosse especialmente qualificado para ensinar. As propriedades carismáticas das personalidades professorais deveriam ser, tanto quanto possível, afastadas de sua influência sobre a atividade de ensinar: “Toda tarefa profissional tem suas ‘normas inerentes’ e deve ser desempenhada adequadamente ... Destituímos a palavra ‘profissão’ [*Beruf*] do único sentido que ainda mantém significação ética se deixamos de incluir aquela forma específica de autocomedimento que ela requer”. O “dileitante”, um termo que Weber utilizava muito freqüentemente como epíteto pejorativo, era precisamente alguém que tinha falhado em expressar sua “vocação” de modo disciplinado e que, em vez disso, continuava reivindicando uma competência universal que ele ou ela não possuía.

Weber privilegiou a completude do processo de racionalização interna da educação universitária apenas no sentido de enfatizar mais completamente a necessidade de reconhecer a política como a única área importante na vida social moderna na qual a “guerra dos deuses em competição” deveria ser legitimamente levada adiante. A sustentação da sentença que conferia à universidade uma plataforma própria

para a disseminação de julgamentos de valor era, para Weber, uma manifestação da manutenção do poder dos círculos conservadores sobre a educação universitária. Ele próprio testemunhou o atraso das carreiras de alguns dos seus amigos, especialmente Michels e Simmel, como resultado de considerações estritamente não intelectuais — Michels porque era um social-democrata e Simmel porque era judeu. A concepção segundo a qual a cátedra universitária poderia ser usada para propagar posições de valor só seria pertinente se todos os pontos de vista estivessem representados; esse, claramente, não era o caso, uma vez que “a universidade é uma instituição do Estado para o treinamento de administradores ‘leais’”.<sup>44</sup>

3 O crescimento do que Weber algumas vezes denominou de “racionalidade técnica” no Ocidente, tal como se evidenciou nas relações sociais na forma da burocratização, estava, é claro, necessariamente vinculado de modo íntimo ao desenvolvimento de normas racionalizadas de tipo “legal” (isto é, à racionalização no terceiro sentido). É difícil superestimar a significação que Weber atribuiu ao desenvolvimento da lei racional na sua análise do capitalismo moderno. A importância da herança do direito romano na Europa ocidental não estava no fato de que ele teria sido diretamente incorporado às instituições que fizeram o capitalismo ascender, mas tinha que ser atribuída ao fato de ser o principal elemento para a criação de um pensamento jurídico formalmente racional. Em todos os tipos de administração absolutista ou hierocrática a imposição do processo jurídico se baseava em critérios substantivos de procedimento que não eram aplicados como “princípios” formais. Administrava-se a lei, ou arbitrariamente caso a caso ou de acordo com a tradição. Assim, o advento da lei racional sinalizava uma diminuição do poder desses sistemas tradicionais de dominação. A afinidade entre a produção capitalista e a lei racional derivava do fator de “cálculo”, que era intrínseco a ambos. No Ocidente, e em nenhum outro lugar, essa relação foi grandemente mediada pelo Estado. A criação de um *corpus* de leis racionais no Ocidente “foi conseguida graças à aliança entre o Estado moderno e os juristas com o objetivo de fazer valer suas reivindicações de poder”.<sup>45</sup>

A categorização abstrata do tipo puro de “dominação legal” que faz parte de *Economia e sociedade* está integrada diretamente à análise de Weber sobre a ascensão do Estado racional. Ele não viveu para

completar o tratamento sistemático do Estado moderno que planejava escrever, e, embora seus escritos fizessem referência a vários traços distintivos da forma ocidental do Estado, não chegou a tratá-los demoradamente em nenhum deles. Assim, algumas das proposições gerais subjacentes à sua concepção de dominação racional-legal, explicitada no Estado moderno, têm que ser reconstruídas a partir de materiais de diversos âmbitos. Uma dessas proposições diz respeito aos limites da dominação legal. Na análise de Weber sobre o Estado moderno, ressalta que “nenhuma dominação é somente burocrática, isto é, conduzida somente pelo funcionalismo empregado e nomeado”. A burocracia, entretanto, não era o único tipo de dominação legal: “a administração parlamentar” e “todas as formas de autoridade de corporações e de grupos administrativos se incluem nesse tipo”.<sup>46</sup> As corporações, de acordo com Weber, desempenhavam um papel essencial na adoção da ordem legítima do Estado racional: o conceito de “autoridades” constituídas teve sua origem no poder dessas agências. O problema característico em relação à ordem política moderna era o de reconciliar as demandas correntes pela “democratização”, que tinham sido anteriormente desenvolvidas de modo parcial pela ação das corporações, com a significação necessariamente declinante desses corpos — já que a era em que essas agências foram investidas de poder real era aquela na qual prevaleciam os que se estabeleciam tradicionalmente como “notáveis” (que viviam “para” mais do que “fora” da política). As formas políticas modernas, que “são filhas da democracia, do voto de massa, da necessidade de persuadir e organizar as massas”, dão lugar à formação de partidos burocratizados, cujos líderes (que vivem “fora” da política) detêm o poder real; assim o poder do parlamento declina.

Na medida em que a burocracia não poderia “dirigir” por si mesma, mas dependia do estabelecimento de objetivos de “fora”, a liderança política teria que se transferir para as propriedades carismáticas dos indivíduos à frente das organizações partidárias. Nessa justaposição do racional (a burocracia) e do irracional (o carisma) no sistema político moderno, os escritos de Weber formularam a grande linha de conexão entre sua sociologia geral e sua análise específica da política alemã. Tal como insistiu em seus escritos metodológicos, a análise racional não poderia validar ou “refutar” julgamentos de valor. O correlato dessa proposição epistemológica, nos escritos sociológicos

de Weber, estava no fato de que os sistemas racionalizados de organização social não criavam valores mas, ao contrário, funcionavam apenas como meios para o fortalecimento dos valores existentes. “Essa limitação”, esclareceu, “é inerente ao tipo legal em seu mais alto nível de desenvolvimento [ou seja, nas organizações burocráticas] porque a ação administrativa é limitada àquilo que está em conformidade com as normas.”<sup>47</sup> Era essa consideração que reforçava a discussão de Weber a respeito da democracia plebiscitária. Enquanto, dentro dos sistemas de dominação legal, nas primeiras etapas do desenvolvimento político moderno, a liderança poderia advir dos círculos de “notáveis”, com o avanço da burocracia o poder declinante desses grupos evidenciou o fato de que a racionalização (tanto “intelectual” quanto “prática”) da conduta apenas oferecia os “meios”, não os “fins”. Assim, o componente carismático previamente incorporado ao “carisma hereditário” associado às corporações de administração teriam, agora, que ser construídos com base na lealdade emocional entre líderes políticos modernos *como personalidades* e a massa de seus seguidores. Assim, mesmo reconhecendo os perigos potenciais do cesarismo, Weber foi conduzido pelos postulados de seu próprio sistema teórico a reconhecer a necessidade de propriedades carismáticas da liderança gerada pelo voto de massa.

## Conclusão

Nos termos da discussão desenvolvida nas seções precedentes, pode-se discriminar alguns dos principais dilemas no pensamento político de Weber. O problema constante que ocupava as energias políticas de Weber era o da “questão da liderança”, resultante da dominação de Bismarck. A Alemanha era um “poder de Estado” que tinha forjado sua unidade em luta com outras nações européias. No conflito político dos Estados-Nação, a guerra interminável dos “deuses”, manifestados agora na forma de “poderes impessoais”, continuava a ser dominante. “Aqui ... as últimas *Weltanschauungen* entram estridentemente em conflito, visões de mundo entre as quais, no final, deve-se fazer uma escolha.”<sup>48</sup> Desde a fase inicial da sua carreira política, Weber determinou sua “escolha”: a de que os valores incor-

porados na herança cultural alemã poderiam ser defendidos e reforçados apenas pela aceitação e crescimento do poder do Estado-Nação alemão. Na medida em que os sustentáculos anteriores dessa cultura na esfera política (a "aristocracia" *Junker*) eram um grupo declinante, a responsabilidade pela liderança política teria que surgir de outras fontes. Os mesmos processos que tinham solapado a posição dos *Junker* tinham estimulado a racionalização da ordem política. A formulação sociológica geral de Weber da relação entre racionalização e mudança social envolvia um contraste polar entre o caráter limitado por regras da burocracia e as propriedades capazes de criar valores de carisma. Assim, a burocratização da vida política, enquanto elevava a conduta dos negócios humanos aos píncaros da eficiência técnica, não podia gerar por si só as capacidades envolvidas na liderança "genuína". Viu na ordem democrática tanto a necessidade quanto a possibilidade de criar o elemento carismático necessário para o líder político moderno.

Segue-se, pois, do conjunto da análise de Weber que um governo democrático não pode estar fundado em nenhuma concepção de lei natural, tal como a incorporada na teoria democrática clássica no século XVIII e início do XIX. A democracia era uma técnica, um meio para um fim.<sup>49</sup> Mommsen está sem dúvida correto ao enfatizar a significação disso nas suas análises dos escritos políticos de Weber. Mas a clareza brutal das afirmações de Weber sobre a questão conduziu a interpretações enganosas substanciais de suas concepções políticas, sob três aspectos: primeiro, no que se refere ao seu suposto "maquiavelismo"; segundo, em relação ao seu sancionamento do "imperialismo" alemão; e terceiro, no que concerne à sua "rejeição" do liberalismo em favor de uma "aristocracia ética" nietzschiana. Quaisquer que possam ser as afinidades entre seus escritos e os de Maquiavel, Weber decididamente evitou toda implicação de qualidades éticas ou estéticas que pudessem ser atribuídas ao poder em sua concepção última. Assim, Weber escreveu: "O mero 'poder do político' pode ter fortes efeitos, mas realmente seu trabalho não conduz a parte alguma e é sem sentido".<sup>50</sup> Na sua concepção, essa era exatamente a forma da *Realpolitik* que caracterizava as políticas vacilantes da Alemanha desde a queda de Bismarck. A força do compromisso de Weber em relação ao "imperialismo" foi particularmente enfatizada por Marcuse e Lukács. De acordo com Lukács, a

democracia é para Weber apenas uma "medida técnica para facilitar um funcionamento mais adequado do imperialismo".<sup>51</sup> Mas, como expressão das concepções de Weber, isso é tão enganoso quanto enxergar nos seus escritos políticos nada mais que um novo maquiavelismo, e pela mesma razão: Weber em nenhum lugar conferiu um significado *normativo* ao expansionismo germânico. No pensamento político de Weber, "imperialismo" (no mesmo sentido que o próprio "poder") era um meio, não um fim.

Grande parte da literatura sobre os escritos políticos de Weber e suas implicações (incluindo o trabalho de Mommsen) teria negligenciado a forte filiação pessoal que ele próprio sentia em relação aos anseios e aspirações dos desprivilegiados. Se Weber tivesse se recusado a adotar as premissas éticas da teoria democrática, seus escritos não estariam de forma alguma impregnados das tradições do liberalismo europeu. Ele reafirmou constantemente sua defesa dos valores da "autonomia pessoal do homem" e "dos valores espirituais e morais da humanidade".<sup>52</sup> Mas, no contexto da sociologia política de Weber, tanto as aspirações ascendentes das classes mais baixas quanto os dogmas do individualismo liberal, aos quais ele aderira, só poderiam ser promovidos pelos interesses de poder do Estado: "Toda cultura hoje é, e assim permanecerá, ligada à nação".<sup>53</sup> Além disso, havia uma antinomia trágica entre os valores historicamente relacionados de igualdade e nivelamento, de um lado, e a liberdade e espontaneidade individuais, de outro. O crescimento da política de massa limitava necessariamente o grau em que os últimos valores mencionados poderiam ser realizados na ordem social contemporânea. Assim, Weber via a democracia plebiscitária como o único modo de aliviar parcialmente a humanidade moderna da "jaula de ferro" da divisão do trabalho burocratizada.

Se esses aspectos estavam enraizados na avaliação de Weber da estrutura política da Alemanha guilhermina, estavam também relacionados empírica e logicamente (e parcialmente moldados por) às suas concepções metodológicas e seus estudos das "civilizações mundiais". Weber falava a linguagem de seus contemporâneos quando mencionava "interesses de poder" da nação e do *Herrenvolk*. Mas seu uso dessas noções, especialmente nos últimos escritos, era, em vários temas bastante definidos, muito diferente do das fontes a partir das quais adotou essa terminologia. Em primeiro lugar, rejeitava a ênfase no

Estado em si como valor último, nos seus objetivos políticos pessoais. Se havia ainda certa ambigüidade na posição de Weber quanto a essa questão na *Antrittsrede*, nos seus escritos subseqüentes isso ficou muito claro. No "Estado-Nação" estava a primeira metade da conjunção que foi significativa na escala de valores pessoal de Weber. Em segundo lugar, Weber não utilizou o termo *Herrenvolk* no sentido de que a cultura alemã poderia reivindicar uma dominação "legítima" sobre a de outras nações. Ao contrário, na visão de Weber tal reivindicação era tanto factualmente inválida quanto (questão logicamente distinta) normativamente rejeitada. A luta política dos Estados-Nações constituía uma esfera de relações de poder, e os valores incluídos na cultura nacional desses Estados não poderiam ser considerados "eticamente" superiores à cultura alemã.

A concepção epistemológica de Weber de "irracionalidade ética" do mundo, bem como o aparato metodológico que ele construiu sobre essa base, envolviam a tentativa de integrar várias tendências diversas no pensamento social alemão. Rejeitando tanto o "intuicionismo" quanto o "cientificismo", adota elementos de ambos elaborando uma estrutura que articula algumas antinomias entre o "racional" e o "irracional", e entre o "subjetivo" e o "objetivo". Como anteriormente indicado neste capítulo, esses elementos subjazem às concepções sociológicas que Weber tanto desenvolveu como um conjunto de "categorias puras" quanto aplicou empiricamente em seus estudos da história e da sociedade. Essas concepções envolveram a noção de que todas as ações humanas que se aproximavam da racionalidade (em ambos os sentidos principais de Weber) *tinham* necessariamente que estar fincadas na irracionalidade ("valores últimos"); mas havia uma dicotomia fundamental entre razão e valores. Dessa forma, a sociologia e a história tinham que engendrar recursos para a interpretação do "sentido", mas a análise sociológica e histórica não poderia "provar" nenhum conjunto de valores como "válidos" normativamente.

Na tipologia da dominação de Weber, essas duas ênfases foram construídas no interior da concepção de carisma. O carisma era irracional no sentido de ser estranho à ação normativa, sendo ainda assim a força de criação de valor na história; e o conceito, tal como ele o formulou, cruza todas as diferenças no conteúdo dos elos carismáticos, tal como no caso de Hitler ser um líder carismático "ge-

nuíno" tanto quanto Gandhi. Assim, no pensamento de Weber, a noção de "valor" se tornou sinônimo de convicção (irracional); nesse aspecto, suas categorias conceituais não guardam nenhuma relação direta com o "egoísmo" ou o "altruísmo" tal como foram tradicionalmente concebidos na teoria da ética. Na análise de Weber da política alemã, o que na *Antrittsrede* era visto como um "problema de liderança" acabou por ser analisado nos escritos políticos posteriores como uma virada em relação à oposição entre racionalidade burocrática e carisma. Assim, Weber estava inevitavelmente inclinado à conclusão de que o conteúdo do elemento carismático era irrelevante em relação ao que ele conscientemente considerou o valor último (o fortalecimento autônomo da cultura alemã). Isso, em conjunto com sua análise da burocratização ensejada pelo Estado capitalista moderno, levou-o a uma posição em que os valores democráticos liberais, para os quais ele se inclinava, poderiam no máximo ser concebidos como "meios" e, assim, serem despojados de sua significação intrínseca.

O pensamento político de Weber, desse modo, esconde uma tensão inerente, que deu a seus escritos um caráter doloroso fortemente definido. De um lado, ele expressou simpatia para com algumas das posições do liberalismo clássico e mesmo do socialismo; mas tanto seu ponto de partida em política (tal como estabelecido na *Antrittsrede*) quanto sua perspectiva intelectual que elaborou nos escritos acadêmicos dirigiam suas concepções a uma posição na qual, como ele mesmo declarou, "conceitos como a 'vontade do povo', a verdadeira vontade do povo ... são ficções".<sup>54</sup> Pouco tempo antes de morrer, sustentou que Marx e Nietzsche representavam as duas influências dominantes na cultura moderna. Poder-se-ia dizer que o corpo do conjunto dos trabalhos de Weber constitui uma grandiosa tentativa para integrar as percepções mais profundas dessas duas correntes de pensamento aparentemente incompatíveis. Suas concepções políticas tanto contribuíram para formar quanto foram formadas por essa síntese intelectual frágil e imponente, e elas compartilharam as dualidades que incorporaram.

Uma crítica satisfatória da sociologia política de Weber pode ser em si tanto política quanto intelectual. Isto é, ela tem que examinar em detalhe, como questões relacionadas, a dependência dessas idéias em relação a um contexto histórico específico e a fragilidade lógica de suas formulações teóricas. Uma crítica desse tipo, até o momento,

não emergiu do debate contínuo sobre seus escritos políticos. A crítica marxista de Weber tendeu a tratar seus escritos sociológicos como pouco mais que expressões ideológicas de seus interesses políticos. A sociologia de Weber é, de modo absurdo, largamente reduzida a uma manifestação particular da "cultura burguesa" na Alemanha guilhermina. Por outro lado, os intérpretes "ortodoxos" de Weber defendem a visão de que suas contribuições acadêmicas para a ciência social devem ser isoladas de seus vínculos políticos. Mas essas posições, ao menos na forma extremada nas quais às vezes são sustentadas, simplesmente obstruem uma avaliação adequada da obra de Weber. Para cada uma dessas posturas, há algo que é pouco mais que truismo; deve ser verdadeiro para todo pensador social que o seu trabalho expressa um contexto social e político particular no qual viveu, mas também incorpora concepções que são capazes de aplicação generalizada.

### Notas

- 1 Marianne Weber, *Max Weber: ein Lebensbild*, Heidelberg, 1950, p.47-8.
- 2 A expressão *Verein Für Sozialpolitik*, em alemão no original, pode ser traduzida por Grupo de Política Social. (N. T.)
- 3 Max Weber, *Der Nationalstaat und die Volkswirtschaftspolitik*, in *Gesammelte politische Schriften*, Tübingen, 1958, p.1-25.
- 4 Max Weber, *General Economic History*, New York, 1961.
- 5 Karl Marx, Friedrich Engels, *Werke*, Berlin, 1953, v.IX, p.95.
- 6 A descrição dos escritos políticos de Weber desta seção é necessariamente esquemática e algo parcial; um tratamento mais profundo se voltaria para questões que foram largamente omitidas aqui. O leitor que estiver à procura dessa abordagem deve consultar Wolfgang J. Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik: 1890-1920*, Tübingen, 1959.
- 7 *Gesammelte politische Schriften*, p.12, 14.
- 8 *Ibidem*, p.18.
- 9 *Ibidem*, p.23.
- 10 Carta a Michels, 1908, citada em Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik*, p.392.

- 11 *Gesammelte politische Schriften*, p.532. "Em uma democracia, as pessoas escolhem um líder em quem confiam; então o líder escolhido fala: 'Agora calem-se e façam o que eu disser'." Citado em Marianne Weber, *Max Weber*, p.664-5.
- 12 *Ibidem*, p.258. Weber achava que o mesmo se aplicava ao grupo Naumann; cf. J. P. Mayer, *Max Weber and German Politics*, London, 1956, p.45-6.
- 13 Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, Tübingen, 1924, p.409.
- 14 *Ibidem*, p.394.
- 15 Todas as citações foram retiradas de Max Weber, *Economy and Society*, New York, 1968, v.III, p.1381-94.
- 16 Para a análise de Mommsen da influência dessas concepções sobre Carl Schmitt, cf. Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik*, p.404ss. Ver também Weber, *Der Reichspräsident*, in *Gesammelte politische Schriften*.
- 17 *Gesammelte politische Schriften*, p.448.
- 18 As citações foram extraídas de Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik*, p.303, 300, 284, respectivamente.
- 19 Max Weber, *From Max Weber: Essays in Sociology*, Eds. H. H. Gerth and C. Wright Mills, New York 1958, p.382, 384. Modifiquei ligeiramente a tradução.
- 20 Max Weber, *Die Verhältnisse der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland*, Leipzig, 1892, p.798.
- 21 Citado por Eduard Baumgarten (Ed.) *Max Weber und Person*, Tübingen, 1964, p.607.
- 22 Todas as citações acima são de *From Max Weber*, p.370-1.
- 23 *Gesammelte politische Schriften*, p.543-4. A tradução é minha. Uma versão diferente aparece em *From Max Weber*, p.124.
- 24 *From Max Weber*, p.384-5.
- 25 *Economy and Society*, v.I, p.55-6.
- 26 *From Max Weber*, p.82.
- 27 *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, p.508
- 28 *Economy and Society*, v.I, p.239. Tradução modificada.
- 29 *From Max Weber*, p.83, 89-90. Weber contrastou esse elemento, como fazia frequentemente, com o desenvolvimento da política na Inglaterra, "onde o parlamento adquiriu supremacia sobre o monarca".
- 30 *Economy and Society*, v.I, p.243.
- 31 Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, Tübingen, 1965, p.64.
- 32 *Motivated action* no original. A correspondência com a expressão "ação orientada" se baseia na tradução de *Economia e sociedade* para o português, Editora UnB: Brasília, 1991. (N. T.)



- 33 *Economy and Society*, v.1, p.6.
- 34 Max Weber, *The Methodology of Social Sciences*, Glencoe, Ill., 1949, p.110-1. A polarização entre o "racional" e o "irracional" (nos vários sentidos em que Weber utilizou esses termos) tende a impedir o reconhecimento de toda distinção entre o "não-racional" e o "irracional".
- 35 *Economy and Society*, v.1, p.244.
- 36 *From Max Weber*, p.293. Tradução modificada.
- 37 *Ibidem*, p.142.
- 38 *Gesammelte politische Schriften*, p.28.
- 39 *Ibidem*, p.470.
- 40 Citado em Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik*, p.118.
- 41 *Gesammelte politische Schriften*, p.280-1.
- 42 *Economy and Society*, v.III, p.998, 975.
- 43 Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, New York, 1958, p.180-1. (Estes trechos receberam a seguinte tradução para o português: "A limitação do trabalho especializado, com a renúncia à faustiana universalidade do homem por ela subentendida, é uma condição para qualquer trabalho válido no mundo contemporâneo; daí a 'ação' e a 'renúncia' hoje inevitavelmente se condicionarem uma à outra ... O puritano queria tornar-se um profissional 'Berufsmensch, no original' e todos tiveram que segui-lo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, passando a influenciar a moralidade secular, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo o indivíduo nascido sob esse sistema, e não apenas aqueles atingidos pela aquisição econômica, e, quem sabe, o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta". In: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1967, p.130-1.). (N. T.)
- 44 As citações são de *The Methodology of the Social Sciences*, p.3, 6, 7.
- 45 *General Economic History*, p.252. Na China tradicional, Weber afirmou, a ausência de um estrato de juristas permitiu ao humanismo "cultivado" do confucionismo ortodoxo tornar-se o caminho educacional para a filiação ao funcionalismo do Estado; de modo similar, a Índia também não possuía nenhum grupo de juristas comparável aos do Ocidente.
- 46 Max Weber, *Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft*, in Johannes Winckelmann, *Staatsoziologie*, Berlin, 1966, p.100-1.
- 47 Traduzido como *The Theory of Social and Economic Organisation*, New York, 1947, p.392. Os parênteses são meus. Isso não quer dizer que os funcionários burocráticos nunca tenham "iniciativa", mas se refere à natureza moral de sua

- "responsabilidade": "permanecer de fora do reino da luta pelo poder — esse é o papel do funcionário". *Economy and Society*, v.II, p.1.404.
- 48 *From Max Weber*, p.117.
- 49 Sobre essa conexão, ver especialmente *Gesammelte politische Schriften*, p.233-79.
- 50 *From Max Weber*, p.116.
- 51 Georg Lukács, *Die Zerstörung der Vernunft*, Berlin, 1955, p.488.
- 52 Citado por Marianne Weber, *Max Weber: ein Lebensbild*, p.159.
- 53 *Gesammelte politische Schriften*, p.47.
- 54 Citado em Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik*, p.392-3. Esse tipo de afirmação tem que ser lido em justaposição com a convicção de Weber de que "há uma forte decepção pessoal na crença de que sem as conquistas da Idade dos Direitos do Homem nenhum de nós, inclusive os mais conservadores, pode continuar vivendo sua vida". *Economy and Society*, v.III, p.1.403.